

Segemar Oliveira Magalhães
(Organizador)

CIÊNCIAS HUMANAS

e o estudo da

SOCIEDADE, CULTURA E COMPORTAMENTO HUMANO



Atena
Editora
Ano 2025

Segemar Oliveira Magalhães
(Organizador)

CIÊNCIAS HUMANAS

e o estudo da

SOCIEDADE, CULTURA E COMPORTAMENTO HUMANO



Atena
Editora
Ano 2025

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Ellen Andressa Kubisty

Luiza Alves Batista

Nataly Evilin Gayde

Thamires Camili Gayde

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2025 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2025 O autor

Copyright da edição © 2025 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelo autor.

Open access publication by Atena

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo da obra e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Os manuscritos nacionais foram previamente submetidos à avaliação cega por pares, realizada pelos membros do Conselho Editorial desta editora, enquanto os manuscritos internacionais foram avaliados por pares externos. Ambos foram aprovados para publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Aline Alves Ribeiro – Universidade Federal do Tocantins
 Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora
 Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
 Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade de Coimbra
 Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
 Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
 Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
 Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Caroline Mari de Oliveira Galina – Universidade do Estado de Mato Grosso
 Prof. Dr. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
 Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
 Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
 Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
 Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
 Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
 Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
 Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
 Profª Drª Eufemia Figueroa Corrales – Universidad de Oriente: Santiago de Cuba
 Profª Drª Fernanda Pereira Martins – Instituto Federal do Amapá
 Profª Drª Geuciane Felipe Guerim Fernandes – Universidade Estadual de Londrina
 Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
 Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
 Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
 Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
 Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
 Prof. Dr. Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto – Universidade de Pernambuco
 Prof. Dr. João Paulo Roberti Junior – Universidade Federal de Santa Catarina
 Prof. Dr. Jodeyson Islony de Lima Sobrinho – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
 Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
 Profª Drª Juliana Abonizio – Universidade Federal de Mato Grosso
 Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
 Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
 Profª Drª Kátia Farias Antero – Faculdade Maurício de Nassau
 Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
 Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
 Profª Drª Lisbeth Infante Ruiz – Universidad de Holguín
 Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
 Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
 Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
 Profª Drª Marcela Mary José da Silva – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
 Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
 Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
 Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
 Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso

Profª Drª Mônica Aparecida Bortolotti – Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro Oeste

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanesa Bárbara Fernández Bereau – Universidad de Cienfuegos

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Vanessa Freitag de Araújo – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Federal da Bahia
Universidade de Coimbra

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências humanas e o estudo da sociedade, cultura e comportamento humano

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Jeniffer dos Santos
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Segemar Oliveira Magalhães

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)	
C569	<p>Ciências humanas e o estudo da sociedade, cultura e comportamento humano / Organizador Segemar Oliveira Magalhães. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2025.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-258-3092-6 DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.926252002</p> <p>1. Ciências humanas. I. Magalhães, Segemar Oliveira (Organizador). II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 101</p>
Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DO AUTOR

Para fins desta declaração, o termo 'autor' será utilizado de forma neutra, sem distinção de gênero ou número, salvo indicação em contrário. Da mesma forma, o termo 'obra' refere-se a qualquer versão ou formato da criação literária, incluindo, mas não se limitando a artigos, e-books, conteúdos on-line, acesso aberto, impressos e/ou comercializados, independentemente do número de títulos ou volumes. O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação à obra publicada; 2. Declara que participou ativamente da elaboração da obra, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final da obra para submissão; 3. Certifica que a obra publicada está completamente isenta de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação da obra publicada, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. A editora pode disponibilizar a obra em seu site ou aplicativo, e o autor também pode fazê-lo por seus próprios meios. Este direito se aplica apenas nos casos em que a obra não estiver sendo comercializada por meio de livrarias, distribuidores ou plataformas parceiras. Quando a obra for comercializada, o repasse dos direitos autorais ao autor será de 30% do valor da capa de cada exemplar vendido; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a editora não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como quaisquer outros dados dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.






A coleção “Ciências Humanas e o estudo da sociedade, cultura e comportamento humano” é uma publicação com o objetivo de análise crítica através de textos diversos reunidos em capítulos. O volume abordará de forma distinta e transdisciplinar artigos, pesquisas, estudo de casos e/ou revisões que variam nos percursos das ciências humanas, sociedade, cultura e comportamento humano.

O propósito foi demonstrar por temas os trabalhos desenvolvidos em instituições de ensino, pesquisa e extensão no Brasil. Em cada capítulo as abordagens ocorrem na filosofia, religião, racismo, psicologia, violência de gênero e áreas afins. O desenvolvimento da sociedade torna-se objeto de estudos para soluções de problemas e os desafios são produzir debates, reflexões e criações de políticas públicas em prol da população.

Assuntos correlatos e instigantes são analisados para embasar as construções e reconstruções dos saberes de alunos, professores e pesquisadores que se engajam pela humanidade. Obter esta coleção revela aprofundamento de temas que não podem cair no esquecimento, de modo que propiciar avanços, para uma sociedade mais justa e igualitária.

A referida coleção apresenta ideias críticas e construtivas referenciadas de cada autor(a) que debruçaram sobre pesquisas anteriores e demonstraram suas visões com métodos e técnicas científicos. Super importante é a difusão de ideias que a Atena Editora se dedica fazer com maestria: a promoção e disseminação do conhecimento científico.

Segemar Oliveira Magalhães

CAPÍTULO 1	1
DESCONTINUIDADES HISTÓRICAS E O PENSAMENTO CRÍTICO A MODERNIDADE: A ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DE MICHEL FOUCAULT	
Neilaine Ramos Rocha Lima	
Renan Tavares Albino	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9262520021	
CAPÍTULO 2	11
IDENTIDADE CRISTÃ NICENA EM CONSTRUÇÃO E A PROPOSTA DE VIRGINDADE DE AGOSTINHO DE HIPONA (SÉC. V) UMA ANÁLISE DE “DOS BENS DO MATRIMÔNIO”	
Ângela Pereira Borges	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9262520022	
CAPÍTULO 3	18
DA RELAÇÃO ENTRE OS NEGROS E A IGREJA NO BRASIL	
Panagiotos A. Theodoropoulos	
Marta Rosa Borin	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9262520023	
CAPÍTULO 4	32
PERCEPÇÃO, ATENÇÃO E DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA (RE)LEITURA DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL MEDIANTE O FILME “RAY”	
Luana de Lima Menezes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9262520024	
CAPÍTULO 5	47
“MALANDRO SE NA MINHA CARA DER...”: UMA ANÁLISE DA PRESENÇA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS DISCURSOS DOS PONTOS DE MALANDRAS E POMBA-GIRAS	
Paulo Henrique Prado da Silva	
Natália Rodrigues Codeço Ribeiro	
Sibele Souza Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9262520025	
SOBRE O ORGANIZADOR	62
ÍNDICE REMISSIVO	63

DESCONTINUIDADES HISTÓRICAS E O PENSAMENTO CRÍTICO A MODERNIDADE: A ANÁLISE ARQUEOLÓGICA DE MICHEL FOUCAULT

Data de submissão: 10/01/2025

Data de aceite: 05/02/2025

Neilaine Ramos Rocha Lima

Coordenadora do Curso de História-
Sede- Uem
Coordenadora de Extensão do Curso de
História UEM
Professora Adjunta do Departamento de
História UEM
Professora do Programa de Pós-
graduação em História UEM
Professora do Profhistória UEM
<http://lattes.cnpq.br/7939358433295626>

Renan Tavares Albino

Mestrando em história pela Universidade
Estadual de Maringá (UEM)
<http://lattes.cnpq.br/4322639417245291>

RESUMO: Esse texto expõe uma análise profunda das ideias de Michel Foucault em sua fase arqueológica no contexto de crítica ao paradigma moderno, especialmente relacionada ao conceito de descontinuidade histórica e à crítica às metanarrativas. Foucault, um dos principais intelectuais de seu contexto, critica a “História Tradicional” que busca uma continuidade histórica, propondo uma nova abordagem que valoriza as descontinuidades e as múltiplas narrativas, o que o aproxima do

pensamento pós-moderno oupositor a modernidade. Para ele, a história não se desenvolve de forma linear e contínua, mas é marcada por descontinuidades. A arqueologia, método desenvolvido por Foucault, busca justamente identificar essas descontinuidades históricas. Através dela, o filósofo investiga como os saberes se constituem em diferentes épocas, revelando as relações entre conhecimento e poder. Ao final, o trabalho visa contribuir para uma compreensão, a partir de Foucault, da importância dada pelo filósofo à descontinuidade. A descontinuidade histórica para Foucault não é apenas uma constatação, mas uma ferramenta analítica. E neste sentido, ao identificar as rupturas e as transformações nos saberes, é possível desvelar os mecanismos de poder que operam na sociedade e como eles moldam nossas vidas.

A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA E O DECLÍNIO DAS METANARRATIVAS.

Definir o conceito de pós-modernismo não é tarefa simples. O primeiro ponto de esclarecimento necessário talvez seja a distinção entre

Pós-Modernidade — geralmente associada a um período específico nos limites da história contemporânea — e **Pós-Modernismo**, que se refere a um campo ou circuito cultural (BARROS,2018, p.10). Terry Eagleton (1998) também faz uma distinção semelhante entre Pós-Modernismo e Pós-Modernidade. Para ele, o “Pós-Modernismo” seria “uma forma de cultura contemporânea,” enquanto a “Pós-Modernidade” remeteria a um período histórico específico. Enquanto visão de mundo, o pós-moderno representa uma “linha de pensamento que desafia as noções tradicionais de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas e os fundamentos definitivos de explicação” (EAGLETON, 1998, p. 7).

A obra “A Condição Pós-Moderna” (1979), de François Lyotard, foi um dos primeiros textos a tratar o Pós-Moderno como uma transformação geral na condição humana. O autor descreve essa nova fase, entre outros pontos, pela “morte dos centros” e pela perda de confiança nas grandes metanarrativas. Quanto à História, as metanarrativas mais conhecidas eram aquelas que apresentavam a trajetória histórica como um grande processo coerente e teleológico do Singular Coletivo — particularmente a metanarrativa iluminista, as variações da metanarrativa hegeliana e mesmo a metanarrativa marxista (BARROS,2018, p.14).

Esse descrédito às metanarrativas, central na obra de François Lyotard, é ecoada por Michel Foucault, que rejeita a “História Tradicional” em favor de uma nova abordagem histórica que se concentra nas descontinuidades e nas múltiplas narrativas que compõem a experiência humana, afastando-se da busca por uma história linear e teleológica. Essa transição de uma visão de história contínua para uma abordagem que valoriza a fragmentação e a pluralidade pode ser entendido com um reflexo das inquietações pós-modernas que permeiam o pensamento contemporâneo.

Na introdução de *Arqueologia do Saber* (1969) Foucault critica a “História Tradicional”, aquela destinada a continuidades, a “história propriamente dita, a história pura e simplesmente” em favor daquilo que ele denomina *História nova* (FOUCAULT, 1997, p. 6).

O projeto de uma história global é o que procura reconstituir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio -material ou espiritual – de uma sociedade, a significação comum a todos os fenômenos de um período, a lei que explica sua coesão - o que se chama metaforicamente o “rosto” de uma época (FOUCAULT, 1997, p.11).

A história continua seria aquela que constitui o projeto de uma história global. Seria a busca da reconstituição do “rosto” de uma época, de suas continuidades, sua evolução. Neste sentido, Foucault nos alerta, a História não deve ser vista como algo contínuo e harmônico, onde tudo segue uma linha previsível e coerente. “Em suma, a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da continuidade, enquanto a história propriamente dita, a história pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção

dos acontecimentos.” (FOUCAULT, 1997, p.6)

Michel Foucault, em sua análise histórico-filosófica, realiza uma crítica as metanarrativas modernas ao expor a descontinuidade dos discursos e a forma como os saberes são construídos e legitimados em contextos específicos de poder. Em *História da loucura* (1961)¹, por exemplo, Foucault exemplifica como a loucura, ao longo das diferentes épocas, foi sendo redefinida por regimes discursivos que refletem não um progresso linear, mas rupturas e reorganizações das relações entre razão e desrazão. Ele rejeita a ideia de que a história segue um caminho teleológico orientado por grandes explicações universais, mostrando, por exemplo, que a psiquiatria moderna, ao tratar a loucura como doença, não é uma solução definitiva, mas o reflexo de um momento histórico que normatiza e controla o louco em nome da razão. Essa crítica às metanarrativas traz luz a visão foucaultiana de que o saber está sempre entrelaçado com o poder, questionando as verdades universais que sustentam a modernidade e revelando os mecanismos pelos quais essas verdades são construídas e impostas.

UM PENSAMENTO PÓS-MODERNO EM FOUCAULT NA FASE ARQUEOLÓGICA E A DESCONTINUIDADE HISTÓRICA:

Michel Foucault (1926 – 1984) foi um filósofo francês que, apesar de sua morte prematura, construiu uma obra ampla e densa, dividida em três fases segundo Machado (1981), — arqueologia, genealogia e estética da existência. Pensador livre, Michel Foucault expressa uma postura que se opõe ou transcende as estruturas disciplinares tradicionais. Sua postura, que se opõe à vinculação com um campo específico de conhecimento, é complementada por diversos trabalhos dedicados à intensa produção e multiplicação de fraturas, cortes e deslocamentos. Sendo o conjunto da obra tão heterogêneo e complexo que relaciona o filósofo a uma defesa de múltiplas identidades. No entanto, temos autores que encontram uma lógica dentro da obra de Foucault revelando “um sistema por trás do sistema” (BILLOUET, 2003).

Podemos encontrar raízes desta afirmação no próprio Foucault, em uma entrevista “Poder e Saber”, gravada em Paris, em 1977. Nessa entrevista, Foucault fala sobre sua primeira obra, “História da Loucura” (1961), e discute a questão das instituições médicas e da medicina no período moderno, chegando até as ciências empíricas em “As palavras e as coisas” (1966). Ele conclui que é possível encontrar um “fio condutor” que conecta esses temas (FOUCAULT, 2006, p. 224). Além disso, ele menciona que o grande problema da atualidade é “o poder” (FOUCAULT, 2006, p. 225). Foucault, ao estudar a sociedade ocidental, explica que as “verdades” que aceitamos estão ligadas ao poder. Ou seja, essas verdades não surgem de forma natural, mas são criadas e usadas para controlar

¹ Michel Foucault, *História da Loucura na Idade Clássica* (1961), é uma obra pertencente à fase arqueológica do autor, na qual ele explora as condições históricas de possibilidade que moldaram os discursos e as práticas em torno da loucura, destacando as relações de poder e exclusão que permeiam esse processo.

e organizar a sociedade. Para ele, a relação entre “verdade/poder” e “saber/poder” é fundamental e uma das suas principais preocupações (FOUCAULT, 2006, p. 229). Neste sentido, embora Foucault aborde diversos temas em sua obra, mesmo com as diferentes fases em sua produção, como “Arqueologia”, “Genealogia” e “Ética”, Foucault não as vê como uma ruptura em seu pensamento, mas como uma forma de se distanciar de “rótulos ideológicos” que são limitantes. E essa rejeição a qualquer tipo de imposição ideológica pode ser assimilada com uma crítica ao processo de racionalização da modernidade.

Em seu primeiro livro, *História da Loucura* (1961), observamos que para Foucault haveria três *epistemes* ² desde o final da Idade Média: o Renascimento (séc. XIV ao XVI), a episteme clássica (séc. XVII ao final do XVIII) e a episteme moderna (final do XVIII até o final do XIX). A ideia central do livro é que o conhecimento sobre a loucura, em cada episteme, organiza a maneira como a sociedade vive e entende a loucura a partir de certos regimes discursivos que são passíveis de análise histórica. Observamos então, que a experiência da loucura no Ocidente pode ser dividida em dois momentos: o primeiro momento é o da experiência trágica, onde a loucura é vista como algo próximo e parte do nosso mundo. Com o tempo, essa visão é substituída pela experiência racionalista que vê a loucura como algo a ser controlado. Enquanto a visão trágica aceita a loucura como parte da vida, a visão racionalista cria maneiras de controlá-la (FOUCAULT, 1987 P. 30-42). Neste sentido, Foucault explica que, durante o iluminismo, a razão se tornou a base para se entender o mundo e a própria existência. Assim sendo, a loucura passou a ser vista como algo que devesse ser excluída da sociedade porque representa uma quebra com a lógica e o entendimento racional.

A situação deles (loucos) é diferente com relação à verdade e àquele que a procura; sonhos ou ilusões são superados na própria estrutura da verdade, mas a loucura é excluída pelo sujeito que duvida. Como logo será excluído o fato de que ele não pensa, que ele não existe (FOUCAULT, 1978, p.46).

Assim, Foucault aponta que o grande exemplo de uma razão concebida como guardião do mundo das luzes é o *Cogito de Descartes* ³. Se o cogito é o ponto inicial do pensamento, a única garantia de existência do homem, o louco é aquele privado dessa capacidade, desprovido de cogito, portanto, não pensa. Esse embate discursivo estabelece uma razão que controla a loucura, vigia o louco e busca, de toda forma, não se descuidar. Essa reviravolta define a ascensão de uma nova episteme onde novos regimes discursivos emergem (FOUCAULT, 1987 p. 42-47). E neste sentido, ao examinar a loucura, no contexto do iluminismo, Foucault inicia sua crítica a racionalidade moderna, pois esta compreendia a loucura como uma irrefutável ameaça à verdade.

2 Por *episteme*, Foucault designa, na realidade, um conjunto de relações que liga tipos de discursos e que corresponde a uma dada época histórica: “são todos esses fenômenos de relações entre as ciências ou entre os diferentes discursos científicos que constituem aquilo que eu denomino a *episteme* de uma época” (Revel, 2005).

3 Cogito, ergo sum (“Penso, logo existo”). Esse enunciado é central na filosofia cartesiana e representa a busca de Descartes por uma verdade que fosse indubitável. Ao duvidar de todas as coisas, ele percebeu que o ato de duvidar implicava um “eu” que pensa, levando à conclusão de que a própria dúvida é prova de existência.

Podemos observar, neste sentido que, Foucault ao criticar a modernidade, revela que o conhecimento que busca controlar e compreender a loucura não segue necessariamente uma trajetória linear de progresso, como se fosse gradualmente evoluindo até descobrir e isolar a loucura como doença. Em vez disso, esse saber surge em um contexto histórico específico, a qual conforma uma certa experiência da loucura, sem perder sua capacidade de mudança. Para Foucault, quanto mais o discurso racional tenta cercar e conter a loucura, mais essa reaparece sob outros signos, escapando ao controle.

A continuidade é apenas o fenômeno de uma descontinuidade. O que se apresenta como um progresso linear é, na verdade, uma série de rupturas e transformações que revelam a complexidade das relações entre saber e poder, razão e loucura. Cada tentativa de categorizar e controlar a loucura traz à tona novas formas de desvio, desafiando a própria estrutura do conhecimento que busca dominá-la. (FOUCAULT, 1978, p.121).

Na “História da loucura”, Foucault, desnaturaliza a Loucura e, neste sentido, nossos sentimentos sobre o Louco. Desde sempre esperamos que a loucura seja tomada como um problema de saúde, por isso o louco deveria ser excluído da convivência das “pessoas normais”. Nossa percepção moderna sobre a loucura tende a estender esses sentimentos e atitudes como eternas com relação aos loucos. No entanto, somos impactados quando lemos Foucault, ele volta à Idade Média, procurando encontrar os lugares de reclusão típicos das sociedades medievais e não encontra. O que se encontra são leprosários, espaços onde os leprosos são deixados. No imaginário medieval, o louco não pode ser preso porque é visto como alguém que não pertence a lugar algum. Assim como a sua mente vaga sem rumo seu corpo deve ser deixado livre. A loucura só entra em um novo regime discursivo, com o significado que encontramos hoje, com a constituição da clínica da psique humana, isto é, a psiquiatria. Desta forma, a psiquiatria passa a ser percebida como uma ciência que resolveu o antigo problema da loucura, que sempre afligiu a humanidade. No entanto, ela participa de uma sensibilidade em relação à loucura que nem sempre existiu. Embora alivie os males do louco, o priva de liberdade, o trata como doente. Em contraste com outras épocas em que o louco era deixado em liberdade. (FOUCAULT, 1987).

Neste sentido, Foucault aponta estratégias criadas pela racionalidade para o enfrentamento da loucura, destacando uma importante descontinuidade histórica. Até o final da idade média, a loucura era vista como oposta ao uso da razão e não um problema de disfunção da saúde, por isso o louco não é tratado, nem internado. Em sua análise, percebemos uma descontinuidade. Vários objetos, diferentemente definidos, são chamados de loucura. A “História da loucura” é marcada pela descontinuidade dos objetos que cada época denomina loucura. (CARDOSO JR. p.14).

Como já indicamos, Foucault observa dois regimes discursivos opostos. Um deles provem da Idade Média. A loucura é vista como coexistente da razão, sua presença não deve ser excluída. Resta a razão tentar controlar a desordem que a loucura traz, ajudando

a criar uma certa ordem no mundo. Essa relação entre razão e loucura é como uma luta, onde ambas estão conectadas, como luz e sombra. Mas, um outro regime discursivo emerge: aqui, a razão não quer apenas viver ao lado da loucura; ela quer dominá-la. A razão se torna algo que precisa estar sempre alerta, caso contrário a desrazão invade o mundo e a domina.

Por mais rudimentares que sejam os tratamentos médicos feitos nos insanos do Hôtel-Dieu ou do Bethleem,⁴ eles são, no entanto, a razão de ser ou pelo menos a justificativa para sua presença nesses hospitais. Em compensação, o mesmo não acontece nos diferentes prédios do Hospital Geral. (...) Em certos estabelecimentos os loucos só são recebidos na medida em que sejam teoricamente curáveis; em outros são recebidos apenas para livrar-se deles ou recuperá-los (FOUCAULT, 1978, p.127).

Nesta nova episteme, a loucura será objeto de exclusão social. Foucault observa que os leprosários começam a esvaziar-se no final da Idade Média. Esses locais ficaram abandonados e esquecidos, com os leprosos sendo mais excluídos, mas tratados como doentes em casas de saúde. O mais significativo é que, no século XVIII, os antigos leprosários passam por reformas arquitetônicas e administrativas, dando origem aos “hospitais gerais”, que vão abrigar diversas pessoas, incluindo os loucos. O hospital geral, no entanto, não se configura um espaço de tratamento de saúde nos moldes atuais. Essa definição de “hospital geral” é devida ao fato que, a administração não é guiada por uma demanda de saúde, pois o médico não exerce liderança, ele ocupa uma posição secundária. Além disso, a presença de uma grande variedade de indivíduos evidencia essa instituição como diferente das que conhecemos. Nos hospitais gerais, os loucos são internados ao lado de pobres, indigentes e devassos. Neste sentido, certamente não seria uma questão de saúde que os levava a essa internação, em um mesmo local. A história da loucura revela que, durante o período do “grande internamento”, como Foucault o denomina, os loucos compartilhavam com as outras categorias internadas uma certa degenerescência moral. O problema que aflige os pobres, os loucos e os devassos são uma desordem de natureza moral, justificando sua presença no mesmo espaço. O tratamento não visa a saúde, eles são submetidos a um tratamento moral. A terapia aplicada para corrigir o mal moral nos hospitais gerais é o trabalho, visto como um meio de corrigir as almas e as índoles, enquanto o médico se ocupa apenas dos aspectos físicos.

Assim sendo, isso implica dizer que a psiquiatria emerge em uma nova episteme, a moderna, mas reativa em seu discurso enunciados e visibilidades de uma episteme anterior. Em outras palavras, a psiquiatria é ao mesmo tempo uma continuação e uma transformação de ideias e práticas que já existiam. Embora os métodos, conceitos e técnicas dessas ciências se desenvolvam dentro da episteme contemporânea, elas continuam a operar nas instituições de internamento, rearticulando, para fins científicos, o discurso moral que ali

4 Instituições históricas ligadas ao cuidado de doentes e à assistência social associadas à Igreja e ao cristianismo medieval.

se estabeleceu. Para isso, era necessário associar a internação do louco à ideia de que a loucura é uma enfermidade do corpo. Assim, o louco seria isolado, não mais parte de um grupo de indivíduos afetados por um mal de natureza moral. Ele passaria a justificar a criação de uma instituição de internamento com objetivos médicos. No século XIX, Foucault observa que a sociedade se espanta e se indigna ao perceber que o louco estava internado ao lado do criminoso, do devasso e do indigente. Esse espanto, analisado sob a perspectiva do arqueólogo do saber, revela que uma nova experiência da loucura estava em formação. A distinção entre o louco, o criminoso, o indigente e o devasso ocorrem pela assimilação à medicina. Ou seja, essa mudança não é causa final de um avanço científico, mas também uma consequência da prática de internamento.

Durante muito tempo, o pensamento médico e a prática do internamento haviam permanecido estranhos um ao outro. Enquanto se desenvolvia, segundo suas leis próprias, o conhecimento das doenças do espírito, uma experiência concreta da loucura tomava lugar no mundo clássico — experiência simbolizada e fixada pelo internamento. Ao final do século XVIII, essas duas figuras se aproximam, com o objetivo de uma primeira convergência. Não se trata de uma iluminação, nem mesmo de uma tomada de consciência, que teria revelado, numa conversão do saber, que os internos eram doentes; mas sim de um obscuro trabalho no qual se defrontaram o velho espaço de exclusão, homogêneo, uniforme, rigorosamente limitado, e esse espaço social da assistência que o século XVIII acabou de fragmentar, de tornar polimorfo, segmentando-o segundo as formas psicológicas e morais da devoção (FOUCAULT, 1978, p.466).

Quando as pessoas passaram a ser internadas em hospitais psiquiátricos, a sociedade começou a vê-las como doentes que precisavam de tratamento médico, em vez de pessoas com problemas morais ou comportamentais. Então, a ideia é que a maneira como as instituições tratavam os loucos influenciou a forma como a sociedade pensava sobre a loucura, e não o contrário. Não foi um avanço na ciência que mudou a visão sobre a loucura, mas sim a prática de internar as pessoas. Com isso, o médico se tornou a figura central nos asilos, não apenas por seu conhecimento científico, mas também porque tinha a autoridade moral que antes era exercida por administradores que não eram médicos.

O MÉTODO ARQUEOLÓGICO DE FOUCAULT: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.

O que faz um arqueólogo? Ele realiza escavações e analisa as idades das diferentes camadas do solo à medida que o local de interesse é aprofundado. O desafio surge quando o sítio contém vários períodos, tornando difícil distinguir as camadas que pertencem a uma época das que pertencem a outras. Foi assim que Foucault procurou compreender como se formam os saberes. Cada saber é constituído por camadas que refletem uma determinada época histórica.

A arqueologia descreve um nível de homogeneidade enunciativa que tem seu próprio recorte temporal, e que não traz com ela todas as outras formas de

identidade e de diferenças que podem ser demarcadas na linguagem; e neste nível, ela estabelece um ordenamento, hierarquias e todo um florescimento que excluem uma sincronia maciça, amorfa, apresentada global e definitivamente. (FOUCAULT, 1997, p. 167).

Portanto, em primeiro lugar, não se deve considerar um saber anterior como simplesmente uma versão passada de um saber mais “avançado”, que inevitavelmente evoluiu para uma forma mais desenvolvida. Ou seja, para a arqueologia foucaultiana um saber não se transforma necessariamente em outro, e cada época do saber é descontínua em relação à anterior, com o arqueólogo buscando identificar esses pontos de descontinuidade. Foucault denomina o limite entre os estratos de diferentes períodos de saber em sua fase arqueológica, ele identificou três epistemes: a do Renascimento, a clássica e a moderna. Após a separação dos estratos de uma episteme, o trabalho do arqueólogo Foucault se concentra na análise interna de cada episteme, buscando entender como cada episteme organiza seus saberes. Cada episteme possui uma estrutura própria que define os objetos, conceitos e métodos de um saber.

A episteme não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas. (FOUCAULT, 1997, p. 214).

A análise arqueológica revela ainda que diferentes saberes podem coexistir dentro de uma mesma episteme, cada um com suas particularidades e formas de entendimento, refletindo a complexidade e a diversidade do conhecimento em cada período histórico. Assim, um dos passos da arqueologia Foucaultiana é a separação dos limiares de saberes. Essa separação permite identificar as diferentes camadas de um mesmo campo de conhecimento, que, embora pertençam à mesma episteme, possuem conformações e consistências distintas.

Um saber é entendido como um “regime discursivo”, que organiza os objetos, conceitos e métodos pertinentes a esse saber. Os saberes podem ser diferenciados com base nos limiares que definem sua entrada ou saída de um determinado campo de conhecimento. Por exemplo, no contexto da loucura, pode-se observar a distinção entre a psiquiatria e o exorcismo. Para realizar essa análise, é necessário construir “famílias discursivas”, que envolvem a descrição dos objetos, conceitos e métodos específicos de cada saber, assim como a diferença entre eles (CARDOSO JR. p. 10).

Um regime discursivo é um conjunto de práticas que define o que pode ser dito e pensado dentro de um determinado campo de conhecimento. Mesmo em uma episteme moderna, onde as ciências são valorizadas, os saberes científicos não são puramente científicos; eles estão imersos em uma rede de discursos que incluem elementos de tradições não-científicas e de epistemes anteriores.

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um status científico (o saber da psiquiatria, no século XIX, não é a soma do que se acreditava fosse verdadeiro; é o conjunto das condutas, das singularidades, dos desvios de que se pode falar no discurso psiquiátrico). (FOUCAULT, 1997, p. 204).

Os amálgamas das famílias discursivas são fundamentais para o arqueólogo do saber, levando Foucault a desenvolver o método arqueológico com o objetivo de aprimorar a análise micrológica dos regimes discursivos. As famílias discursivas são compostas por dois tipos de elementos: o enunciável, que se refere ao que pode ser dito, e o visível, que diz respeito ao que pode ser observado. A interação entre esses enunciados e visibilidades é o que confere a um saber sua originalidade histórica. Por exemplo, quando a psiquiatria surgiu no século XIX, novos conceitos foram criados sobre a mente, a loucura e as regras para internar pessoas. Essa criação de novos conceitos depende de como se define o que deve ser observado.

Um objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações (FOUCAULT, 1997, p. 50).

Foucault também mostra que era necessário um novo tipo de arquitetura nos hospitais psiquiátricos para que os corpos dos pacientes pudessem ser vistos e examinados de forma eficaz. Os comportamentos e gestos dos pacientes são registrados e organizados, assim como as palavras são. Essa organização dos registros é fundamental para que o método arqueológico possa entender as características de um discurso e, assim, o contexto histórico de um saber. Portanto, os saberes se destacam pela grande quantidade de informações visíveis e enunciadas que produzem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Foucault, ao afastar-se das grandes narrativas acaba nos conduzindo a um olhar mais fragmentado e plural da experiência humana, o que o aproxima da discussão do contexto pós-moderno. Sua crítica às metanarrativas modernas, especialmente na análise das condições de poder e saber, revela como as verdades universais são construídas dentro de contextos históricos específicos e de relações de poder. Por fim, a obra de Foucault propõe uma nova forma de fazer história, não como uma linha contínua e evolutiva, mas como um campo marcado pela descontinuidade, onde os saberes e práticas não surgem de forma linear ou evolutiva, mas como resultado de tensões, lutas e deslocamentos. Essa abordagem contribui para um entendimento mais complexo e plural da sociedade, da história e das formas de poder, e nos desafia a pensar de maneira crítica e desconstruída as estruturas que sustentam nosso conhecimento e nossas práticas cotidianas. Cabe

salientar for fim, que nossa discussão não se limitou a enquadrar o intelectual Foucault em uma suposta categoria teórica de ser ou não um pós moderno, mas sim, em ressaltar a importância de sua análise arqueológica para a formação de uma crítica a modernidade e principalmente a forma com que esse paradigma elaborou seus modelos de análise histórica.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D' Assunção. **História e Pós-modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

BILLOUET, Pierre. **Foucault**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

CARDOSO JR., H. R. **Foucault em Sobrevôo**.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do Pós-Modernismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 1997. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. Michel Foucault: organização e seleção de textos, Manoel Barros da Mott. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Coleção Ditos e Escritos, v. 4).

FOUCAULT, M. **História da Loucura**, 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber – A Trajetória da Arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

IDENTIDADE CRISTÃ NICENA EM CONSTRUÇÃO E A PROPOSTA DE VIRGINDADE DE AGOSTINHO DE HIPONA (SÉC. V) UMA ANÁLISE DE “DOS BENS DO MATRIMÔNIO”

Data de submissão: 22/01/2025

Data de aceite: 05/02/2025

Ângela Pereira Borges

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), bolsista FAPEMIG sob orientação da Professora Doutora Helena Amália Papa.

O conceito de identidade está constantemente sendo discutido, no âmbito da teoria social e cultural. O termo passa por redefinições e nos remete à relação entre indivíduo e coletivo. A identidade está constituída por sentimentos, consciências, representações sociais e símbolos. Entendemos que esta é relacional e forma-se a partir do diferente, pois a identidade depende do outro para existir, ou seja, de algo fora dela, de uma outra identidade, que ela não é. Entretanto, que forneça as condições para que ela exista, a diferença é um produto derivado da identidade. Sendo que diferentes significados são construídos por diferentes sistemas simbólicos, mas que podem ser contestados, com isso, levam-nos a refletir sobre o poder da representação e

em como alguns significados são melhor aceitos do que outros. “Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (Woodward, 2014: 19).

Partindo disso, a identidade romana estava em construção inclusive, e talvez ainda mais, durante o século VEC, pois havia uma multiplicidade de influências culturais que impossibilitava uma construção única do que era ser romano. Por isso a identidade romana pôde ser construída a partir da visão de vários escritores que a definia de acordo com o meio que estava inserido naquela sociedade. Ao mesmo tempo, as identidades que se formavam naquele contexto não se separavam completamente, mas completavam-se mesmo com pontos distintos. As identidades romanas podiam se formar não somente no interior das elites, mas tendia também a formar-se a partir das convivências em espaços públicos, onde articulavam-se as relações de poder, que, por sua vez moldavam-se com as relações

cotidianas que ocorriam no interior das estruturas sociais, com negociações entre os administradores e povo do Império. Ser romano podia ser compreendido também a partir de cada província, pois cada uma tinha seus costumes e práticas. Devido a extensão territorial no período do recorte cronológico desta pesquisa, século V EC, o Império compreendia-se em uma multiplicidade de povos e etnias com diferentes culturas. Entretanto, a concepção de romano dependia também dos valores e tradições emanadas pelas cidades mais importantes do Império. Por isso, não havia um conceito pronto e acabado para definir o que era ser romano no contexto dos séculos IV e V EC, porque as comunidades romanas eram fragmentadas, sendo que nenhuma possuía o monopólio da identidade romana.

Percebemos que Agostinho teve uma considerável carga intelectual, uma vez que carregava várias leituras e influências de intelectuais anteriores a ele, como Platão (427-347 EC.) e também de seu contemporâneo, Ambrósio de Milão (340-397 EC). Ainda, era um crítico profundo e não tolerava atitudes que fossem contra as escrituras, prova disso era a quantidade de cartas que escreveu sobre ética e moral cristãs, destinadas a membros do clero romano, com o intuito de catequizar, pregar e expor a doutrina cristã nicena. O carisma e a habilidade de articular ideias e falar ao público tornava-o especial ao cristianismo, uma vez que Agostinho encontrava dificuldades para conversão de novos fiéis no norte da África, pois a própria população havia se voltado a outras religiões não cristãs aderindo aos cultos locais. Há ainda, teorias de que as perseguições feitas aos donatistas na região norte-africana, pelo Comes Macário, durante parte do século IV EC, tenham contribuído para a dificuldade de fixação do cristianismo, como afirma Paulo Vinícius Figueiredo dos Santos (2012). Agostinho, ao mesmo tempo que representava uma possibilidade de expansão do cristianismo niceno, também se mostrava como uma ameaça, pois havia uma preocupação das populações norte-africanas de “latinizar-se”, já que uma conversão ao cristianismo significava uma romanização e, com isso, essas comunidades, como Hipona, perderia parte de suas identidades culturais, por isso, muitas vezes, as pessoas optavam por cultos locais, fazendo com que o cristianismo não adentrasse profundamente na vida dos nativos, mas apenas superficialmente.

As ações praticadas pelo Bispo contribuíam para a conquista de *ambitio* (prestígio e apoio) entre as elites locais. O apoio desses proprietários de terra, dado a Agostinho, permitiram que ele justificasse as perseguições feitas contra os maniqueístas presentes na diocese que atuava como Bispo. E com seu perfil carismático, conseguia, também a admiração dos mais desfavorecidos economicamente.

O pensamento de Agostinho estava de acordo com aqueles da sociedade a qual pertencia, tudo que ele propunha para aquelas pessoas ia de acordo com o que acontecia em seu entorno e as discussões que estavam postas naquele período sobre os mais variados assuntos. Diante da situação e posição social em que ele se encontrava, é perceptível a forma que ele utilizou seus discursos. Sua forma de pensar e de escrever estão muito voltados para as questões da moral colocadas em seu contexto, o que mais tarde tornaria

tradicionais para a aristocracia. Assim como outros bispos escritores dos séculos IV e V, Agostinho foi influenciado pelos pensamentos neoplatônicos e retórica clássica.

Agostinho escreveu, ao longo de sua vida, uma pluralidade de obras, tratados e cartas. Seus escritos geralmente se relacionavam com problemáticas da época que circundavam a sociedade. Como parte do clero, ele foi um dos responsáveis por auxiliar as pessoas a encontrarem respostas para seus questionamentos e possíveis caminhos para alcançar a plenitude eterna. Dentre suas obras, algumas ganharam visibilidade ao longo da história, uma delas é a obra *Confissões*, escrita entre 397 e 400 EC, organizada em 14 capítulos. Nela o autor relata dados autobiográficos, como sua infância, seus irmãos, seu pai e mãe. Sobre Mônica e sua mãe a qual ele descreve com afeição, demonstrando a influência e importância desta em sua vida e em seu processo de conversão ao cristianismo. Ele escreve, ainda, sobre momentos antes da conversão ao cristianismo, da sua adolescência e paixões, sua aproximação ao Maniqueísmo e outras vertentes filosóficas. Através de *Confissões* conseguimos compreender a vida de Agostinho de Hipona e parte da sua trajetória.

O final do século IV EC e início do século V EC foram marcados pela busca da afirmação da identidade cristã na sociedade romana e, para isso, os Bispos, considerados Padres da Igreja, foram cruciais para esse processo cultural e para repensar a identidade religiosa do cristianismo niceno, naquele momento. O martírio era uma das principais características do cristianismo, no Ocidente, porém a virgindade consagrada é que se apresentou como um elemento para representação da identidade cristã. Assim, a obra *Dos Bens do Matrimônio*, em análise nesta apresentação consiste em uma única síntese dedicada ao tema matrimônio em toda Patrística, escrito entre os anos 401 e 412 EC, como resposta a uma polêmica levantada na época em torno da virgindade e do matrimônio, sendo questionado qual dos dois estados seria mais vantajoso ao ser humano, levando-os a ter uma virtude maior sobre os demais.

Na contemporaneidade, o matrimônio é entendido como uma relação de amor, na qual o objetivo principal seria a constituição de uma família, entretanto as relações e composições familiares não são mais de dependência como nos séculos passados. O século XXI se apresentou com novas formas de se relacionar e constituir famílias. Está ocorrendo uma individualização da família, no qual os interesses não são mais de coletivo e sim de singularidade. As relações sexuais não tem mais como principal objetivo a procriação, como vimos ocorrer ao longo da história da humanidade.

Os matrimônios libertaram-se de um de seus principais objetivos das gerações passadas, o da reprodução. As relações tornaram-se livres, fluidas e abertas atendendo aos mais variados tipos de vida. Para atender as necessidades das relações, hoje assistimos a uma série delas, dos mais variados modelos, para além da monogamia e poligamia que eram as mais comuns em sociedades ocidentais e orientais. Logo, o matrimônio e a sexualidade libertaram-se, por completo, das exigências de reprodução, graças à difusão

dos novos estilos de relacionamentos e meios modernos de contracepção. Eles tornaram-se algo que se cultiva, que tem relação com os valores e projetos de cada um, que compõe as identidades, não mais uma norma coletiva predeterminada. O que era considerado perversão, pretensamente “anormal” aos olhos do público, foi descrito, analisado e virou “ciência” alimentada por textos e debates: a sexologia. No tratado dos Bens do matrimônio Agostinho pensa o conceito de matrimônio, como a ideia de que, matrimônio vem de mater, mãe, pois o objetivo seria conduzir uma mulher as núpcias e torná-la mãe. No entanto, esse conceito não era exclusivo de Agostinho, tão somente entre apenas cristãos, observamos que a concepção monogâmica do matrimônio com finalidade de gerar filhos, encontrava-se também entre tradições não cristãs. Entre as sociedades pagãs, o casamento era entendido como uma perfeita comunhão de vida, partilha recíproca tanto das fadigas da existência, quanto da comunhão de bens materiais. Todavia, em ambas tradições cristãs e não cristãs, na época de Agostinho, o casamento viria com um elemento fundamental, o de comunhão de vida e geração de filhos.

Para Agostinho, no matrimônio, o homem e a mulher se unem como um só, eles se juntam para viverem juntos, de modo que nenhum deles tem seu individual, nem mesmo o corpo, pois mediante a união conjugal é que se nasce uma vida. Entretanto, esse tipo de relação, voltada somente para procriação, estaria fadada ao fracasso, porque o mais importante de um matrimônio é a comunhão na qual o marido e esposa cuidem um do outro, na saúde e na doença. Então ainda na concepção do Bispo, o casamento deve vir com o desejo, sobretudo, de união de vida, seguido pela procriação de filhos.

Em suas palavras:

O essencial do matrimônio, seu ponto culminante, estaria nos laços afetivos e na comunhão de vida entre os esposos e não no ato da procriação: mas no matrimônio deve haver inteira convivência e recíproco cuidado do marido e da mulher, e na boa saúde e na doença e em toda ocasião, e por desejo de tal afeto, não menos que por aquele da prole, vai à núpcias cada um dos cônjuges. A união matrimonial se configura, portanto, como a maior e mais profunda comunhão e partilha que possa existir na vida humana (AGOSTINHO, Dos Bens do Matrimônio, 401 EC., Tradução de RABANAL, 2000: 14).

No período compreendido, a união conjugal não era apenas uma realidade jurídica, mas também um fenômeno social fundamental para continuidade da sociedade. Contudo, em uma proposta contrária a de Agostinho, alguns padres influenciados pelo gnosticismo tinham uma visão negativa do casamento e propunham sua rejeição. O gnosticismo defendia que o matrimônio e o coito serviam apenas para colocar um número maior de almas na prisão do corpo e por isso, recomendava-se a abstinência completa da relação conjugal. Agostinho, por sua vez, se propôs a defender o matrimônio no seu tratado. Para tal, ele não o desqualifica colocando a virgindade como superior, mas buscava defender que o matrimônio era vantajoso em relação à virgindade. O Bispo classificou os bens do matrimônio em três itens, sendo eles: o Bem da prole ou Bem da fecundidade, o Bem

da fidelidade recíproca e o Bem da indissolubilidade, que relacionavam-se a ideia de virgindade proposta.

Daremos enfoque nesta apresentação, ao Bem da Prole ou da Fecundidade, já que este estava relacionado as questões do matrimônio e a virgindade, nos possibilitando compreender como ambos elementos estavam relacionados na proposta de Agostinho com seu projeto ideal de identidade cristã nicena. O Bem da Prole, entendido na concepção Agostiniana como a finalidade principal do matrimônio, a de procriação. A defesa deste bem estava relacionada a leis romanas, do Imperador Augusto (27 AEC.14 EC) que visavam aumentar as taxas de natalidade dentro do Império. Com efeito, Agostinho ao propor o Bem da fecundidade, apontava que dentro do matrimônio garantia a imortalidade através da sucessão das gerações. Ao propor essa ideia, Agostinho defendia ainda aos interesses do Poder Central, já que havia leis e medidas tomadas por este para aumento populacional dos romanos. Assim, o conjunto de práticas propostos atendia aos interesses do Império e também do cristianismo niceno.

Portanto, entendemos que dentro dos dogmas da igreja no contexto e sociedade de Agostinho as relações sexuais eram condenadas como pecaminosas, mas ao serem justificadas através da necessidade de procriação através do casamento, elas validavam-se. Desse modo, a virgindade aparece como um novo conceito proposto pelo Bispo Hiponense, a de estado de espírito e não corporal, que deveria ser alcançado para ser o verdadeiro cristão romano e mais do que ser o verdadeiro cristão romano, ser o cristão romano niceno.

Finalmente, compreendemos que Agostinho buscou traçar, por meio do matrimônio aliada a virgindade, uma identidade ao cristianismo niceno que fosse aceita pela sociedade. Ele defendeu seu discurso reconhecendo-o como positivo, ao definir o matrimônio como um remédio para a alma. No Ocidente as ideias do Bispo de Hipona foram aceitas e até utilizadas como fundamento para a doutrina da Igreja, que mais tarde, durante a Idade Média, tornou-se Sacramento da Igreja Católica.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. **Dos Bens do Matrimônio A Santa Virgindade Dos Bens da Viuvez: Cartas a Proba e a Juliana**. Coleção Patrística. São Paulo: Paulus, 2007.

CAINELLI, Marlene Rosa; FUNARI, P.P.A. Antiguidade Clássica: a história e a cultura a partir dos documentos. **História e Ensino**, Londrina, v. 02, p. 139-140, 1996.

CLEMENTE, R.W. História Política e a “Nova História”: um breve acerto de contas. **Cadernos Unifoa**, Volta Redonda, v.6, n.16, p.45–50, 2017. DOI:10.47385/cadaunifoa.v.6.n16.1057. Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/cadernos/article/view/1057>. Acesso em: 24 jun. 2022.

CORREIA, Joana P. Pereira. **O discurso anti-maniqueu de Agostinho de Hiponana Construção da identidade cristã**. Dissertação [Mestrado], Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória 2014.

COELHO, Fabiano de Souza. Agostinho de Hipona e os discursos ascéticos e de gênero nos Tratados de Bono Conjugali e de Sancta Virginitate. Tema Livre, v.4. Edição n.3 p.72-90, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

FIGUINHA, Matheus Coutinho. **Ortodoxia e poderna África romana: Santo Agostinho, ascetismo e finais do século I Veinícios do século V**. Dissertação [Mestrado], Biblioteca Central da Unicamp, 2006.

FIGHETTO, Renan. Política e poderna Antiguidade Tardia: Uma abordagem possível. **História Revista**, n.1 Goiânia, v.11, p.161-177, Jan./Jun.2006.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Antiguidade clássica: a história e a cultura a partir dos documentos**. Campinas, SP: Unicamp, 1995.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 2ª edição, São Paulo: Contexto, 2002, p.80-85.

GONÇALVES, José Mário. **Entre táticas e estratégias: tolerância e intolerância religiosa no epistolário de Agostinho de Hipona (390-430)**. Tese [Doutorado], Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

LIMANETO, Belchior. **Bandidos e elites citadinas na África Romana: Um estudo sobre a formação de estigmas com base na metamorfose de Apuleio de Madaura (século II)**. Dissertação [Mestrado] – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2011.

LIMA, Bruno Soares. **Relações Políticas e tradição romana retórica empregada por Agostinho na obra De Civitate Dei (412-426)**. Dissertação [Mestrado], Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

MAIA, Waleska Souto. **Aporias em Agostinho: de Tagaste à Hipona**. SIMPÓSIO XXIX DE HISTÓRIA NACIONAL – ANPUH. Brasília, julho, 2017.

MARCO, Flávia de Moreno. **Construções discursivas de virgindade como dispositivo de controle de corpos e desejos femininos**. Dissertação [Mestrado], Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

STEINWASCHERNETO, Helmut. **A procriação e o interesse da república: uma análise das leis matrimoniais de Augusto**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PAPA, Helena Amália. **A auto afirmação de um Bispo: Gregório de Nissa e sua visão condenatória aos Eunomianos (360-394 d.C)**. Tese (Doutorado), Franca, 2014.

PAPA, Helena Amália. Considerações historiográficas acerca das culturas política nas práticas político-religiosas da antiguidade tardia. In: FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Margarida Maria de; JOSÉ, Natália Frazão. (Orgs.) **Diversidades epistemológicas: A teoria aplicada à pesquisa histórica**. Curitiba, SP: Prismas, p. 133-149, 2016.

PAPA, Helena Amália. **Relações De Poder Entre Bispo E Imperador: uma proposta Interpretativa acerca da oficialização do cristianismo a partir de Gregório de Nissa e Teodósio I (século IV)**. **História (São Paulo)**, vol. 35, p. 1-16, 2016.

PERROT, Michelle. **Os silêncios do corpo da mulher**. O corpo feminino em debate. São Paulo: UNESP, p. 13-27, 2002.

PIMENTEL, Maria Emília Helmer. **Agostinho de Hipona**: O matrimônio, o sexo e a privação do prazer. CADERNO DE ANAIS, Universidade Federal do Espírito Santo, p.160-169. RÉMOND, René. Por uma História Política. Tradução: Dora Rocha. 2ª edição, Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 9-37.

SANTOS, Paulo Vinícius. As múltiplas faces de Agostinho. ANAIS DO XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SANTOS, Paulo Vinícius. **A ideia de guerra justa no contra Fausto Manichae de Agostinho de Hipona (354-430)**. Dissertação [Mestrado], Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2012.

VELOSO, Wendell dos Reis. **Humanidade e sexualidade na proposta de identidade cristã de Agostinho de Hipona em Confissões**. Dissertação [Mestrado], Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

DA RELAÇÃO ENTRE OS NEGROS E A IGREJA NO BRASIL

Data de submissão: 09/01/2025

Data de aceite: 05/02/2025

Panagiotēs A. Theodoropoulos

Acadêmico do curso Licenciatura em
Ciência da Religião, Universidade Federal
de Santa Maria, panagiotēs

Marta Rosa Borin

Orientadora. Coordenadora Substituta
do Programa de Pós-Graduação em
Ensino de História - Departamento de
Metodologia do Ensino/CE

RESUMO: A escravidão negra em âmbito brasileiro decorreu em um período de quadro séculos, embora perceba-se grandes avanços de lutas contra os preconceitos, ainda são identificados fatos de permanência do racismo. A instituição do dia nacional da consciência negra, 20 de novembro, exemplifica uma das conquistas do povo negro, visto que implica na indagação por parte da sociedade sobre história, e quais as causas que ocasionaram a perpetração deste evento nefasto por um período considerável de tempo. A participação da igreja na coibição e aceitação da escravidão de seres humanos com o intuito de obtenção de lucro é objeto deste artigo, pois é de fundamental importância analisar qual a influência e participação da Igreja

católica no processo de escravidão negra brasileira, não somente na implantação, mas entender quais motivos conduziram a sua manutenção e fortalecimento deste sistema de mão-de-obra no país. Concomitantemente, utiliza-se deste artifício para identificar qual ponto a religião poderia ser utilizada como justificativa para desencadear a situação, não havendo intenções de julgar as ações, mas realizar a observação de alguns fatos ocorridos a partir do relato de pesquisadores sobre a temática, em repositórios de pesquisas acadêmicas e livros.

PALAVRAS-CHAVE: Escravidão. Brasil Colônia, igreja.

ABSTRACT: Black slavery in Brazil took place over a period of four centuries, although there are great advances in struggles against prejudice, facts of permanence of racism are still identified. The institution of the national day of black conscience, November 20, exemplifies one of the achievements of the black people, since it implies the question by society about history, and what are the causes that caused the perpetration of this nefarious event for a considerable period of time, emphasizing the participation of the church in restraining and accepting the

slavery of human beings in order to obtain a profit. It is of fundamental importance to analyze the influence of the participation of the Catholic Church in the Brazilian black slavery process, not only of the implantation, but of the reasons that led to its maintenance and strengthening of this labor system in the country. Concomitantly, this artifice is used to identify which point religion could be used as a justification to trigger the situation, with no intention of judging the actions but rather, observing some facts that occurred from the report of researchers on the theme, in academic repositories and books.

KEYWORDS: Slavery. Brazil. Religion. Black.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar relação entre igreja e os negros no Brasil, com início no período colonial, buscando para isso um estudo bibliográfico para compreensão do tempo presente e, em seu decorrer, o futuro.

Para tanto, verificamos a existência de poucas obras na biblioteca pública de Quaraí, principalmente no que diz respeito a esta temática, visto que não foi encontrado obras específicas sobre o assunto, será utilizamos a bibliografia e artigos disponibilizados em periódicos acadêmicos online.

Caracteriza-se como indiscutível, que em maior parte dos seres humanos apresenta-se sentimento de indignação pelo comportamento cruel durante o período de escravidão, predominante ainda antes do descobrimento do Brasil, em Portugal, onde portugueses adotaram a prática de capturar seres humanos em território africano com motivações racionais, afim de priva-los de liberdade e forçar o trabalho sem remuneração, e em maior parte passível de represália física.

Em conformidade, a escravidão se tornou evidente durante o período de descobrimento das Américas, quando expedições portuguesas se direcionavam à África buscando riquezas, e assim raptavam negros nativos, sendo estes arrancados a força de suas aldeias, casas e de suas famílias, na maior parte das vezes brutalmente.

O olhar do explorador e colonizador enxergou nos negros, fraquezas e força, ingredientes que propiciariam vantagens econômicas e assim passaram a explorar um filão potencialmente rendável, e logo são definidas políticas nesse sentido.

Aqui nos valem das palavras de Jaime Pinski (2012, p.15), “em 1444, por exemplo, seis caravelas partem de Portugal com objetivo exclusivo e declarado de apresar escravos”, ou seja, evidenciasse aqui oficialmente o objetivo de caçar e capturar negros e leva-los para Portugal.

Em seguida, o autor assim se refere: “A volta da expedição a Portugal com mais de duzentos escravos foi saudada de forma entusiástica, o que contrastava com o espírito dos cativos, uns se lamentando em voz alta, outros caminhando cabisbaixos” (PINSKI, 2012, p.15).

Tal cenário, nos convida a usarmos a imaginação e visualizar a cena, o que pode

ser, de um lado, mais de duzentos negros desembarcando acorrentados e vigiados por seguranças ao longo do percurso, e, no outro lado do cenário, os poderosos, os políticos da época gerenciando a situação, orgulhosos do êxito, imaginando as cifras que obteriam, e ainda, noutra parte do cenário, populares, uns induzidos a aplaudir o êxito governamental, e alguns tímidos olhares com certeza visualizando a injustiça que ali estava ocorrendo, mas sabedores de que sua manifestação poderiam incorrer em insubordinação.

Assim foi sendo gestada tal prática e daí por diante foi sendo aperfeiçoada com vistas a uma maior rentabilidade, ou seja, consideraram o tráfico de negros uma atividade econômica altamente rendável, ainda que para isso fizessem vistas grossas para o ser humano de pele escura, e de toda sua conjuntura, valores, família, crenças, liberdade, quando o negro, então, passa a ser visto como mercadoria, “coisa”, uma vez que capturado não era mais livre, não tinha mais vontade, desejos e voz.

Por não ser o objetivo deste trabalho não adentraremos em fatores presentes na captura dos negros, tais como a força usada para tal e os meios cruéis empregados para obter o aprisionamento, e nem o número de escravos mortos no processo de captura, seja aqueles que se recusavam a deixar suas terras para serem condenados a viver em outro mundo, longe de seus familiares, como animais adestrados para prática de trabalhos forçados, seja aqueles que morriam durante o transporte atravessando oceanos.

Tais fatos são aventados no sentido de chamar atenção, para que se reflita, ou mesmo, se busque informar melhor quanto aos detalhes sórdidos que gravitaram em torno das ações, em torno da barbárie, com vistas a uma conscientização e, por conseguinte, o entendimento do tempo presente.

Dentre os objetivos deste trabalho podemos destacar as ações religiosas na manutenção e conservação da prática de escravizar homens e, para tanto, aventamos o discurso cristão da época, que sugeria que tudo que acontecia com o escravo era para seu bem, para salvação de sua alma, um elemento ideológico orquestrado a partir da associação governo versus Igreja, instituições que, na época, caminhavam de mãos dadas.

Como poderiam propagar que a sociedade deveria ser pautada na honestidade, quando praticavam tanta desonestidade frente a exploração do trabalho braçal obrigatório e sem justa contrapartida salarial?

Ou como assevera Jaime Pinski (2012, p. 39), “Noutras palavras, a conversão do negro ao cristianismo era determinada pela sua situação de escravo. O escravo não apenas podia ser católico: ele tinha que sê-lo”, e ainda constava no discurso, e por que não chamar de dogma, grifo nosso: “quando a religião dizia para o escravo: que deveriam trabalhar duro, para seu sustento, e conformar-se e se manter manso (Cristo não o fora?); em submeter-se a ordem vigente, em respeitar o senhor, e em arrepender-se das faltas-mesmo pequenas que eventualmente cometesse” (PINSKI, 2012, p.15),

E assim havia sido montado um aparato ideológico que, de um lado, atendia os interessados em obter lucro e, do outro, neutralizava ânimos, com chantagens altamente

sofisticadas, ainda que para isso usassem o nome de Deus de forma inescrupulosa, como se observará adiante.

2 | ESCRAVIDÃO E A IGREJA

Diante dos acontecimentos ocorridos no período da colonização, dos quais temos muitas pesquisas acadêmicas e algumas informações parciais, pois muito ainda pode ser escrito sobre o tema com novas versões, e ainda filmes podem ser produzidos, com relatos menos pacificados, dando conta por exemplo, “o escravo era batizado logo que chegava ao Brasil, no seu local de trabalho -fazenda ou cidade- recebia um nome “Cristão” e deveria esquecer a forma pela qual era chamado no seu lugar de origem...” (PINSKI, 2012, p. 40).

A atribuição de um novo nome e o batismo representavam a transformação do cativo em escravo, isto é, o início do trabalho compulsório, “o escravo novo, mal acabado de chegar, já levava uma surra de relho, para não se meter a besta” (PINSKI, 2012, p. 47), servindo como alerta para o caso que viesse a desrespeitar as regras, isto é, para se manter em sua condição de escravo.

Noutros casos, o castigo era sistemático, violentíssimo e desmoralizador. O negro após sessões contínuas de tortura deveria engolir o seu orgulho e evitar qualquer manifestação de rebeldia ou independência”.

A análise de tais relatos nos dias de hoje, objetiva que se imagine um pouco o cenário do Brasil colônia, e assim mesmo haverá injustiça, pois a dor patrocinada pelo objetivo de vantagem jamais poderá ser mensurado, vez que havia naqueles dias uma atmosfera predominante de egoísmo e desrespeito motivado pelo único objetivo de obter vantagens patrimoniais em face da exploração da mão de obra ofertada pelo africano.

Mas, é preciso trazer à baila, um dos pilares em que se sustentou esse cenário, qual seja, nada mais nada menos, que o clero, os religiosos constituídos de autoridades à época.

Como entender que padres, desconsideraram princípios cristãos e ainda maquiaram tais princípios para justificarem tais condutas cruéis a quais submetiam os escravos. Como aceitar que Igreja esteve presente e não se comoveu com a dor do filho que ficou desamparado além mar? De que maneira entender que a Igreja ousava batizar, coercitivamente, sob pena de desobediência e patrocinava, ainda que indiretamente, torturas cruéis e desumanas?

Desconfiguravam por completo o homem negro, retirando-o da sua família, da sua pátria, do seu povo, de suas crenças, retirando seu nome, apagando sua identidade e lhe imputando um nome Cristão, um nome português, quando então tal cidadão passava a ser apenas um instrumento de trabalho, um objeto, uma coisa e, diante de tal cenário, os homens de Deus ao final do dia repousavam em seus travesseiros satisfeitos do dever cumprido, felizes pelo arrebatamento e recruta ao rebanho de mais um cervo.

Imaginar a atmosfera que se encontrava naquela época seria experimentar um sofrimento, pois como poderiam os religiosos no seu dia a dia afirmarem tais práticas sem sentirem piedade? como podiam fazer tais coisas justificando ser a vontade de Deus? como pode que a Igreja tenha se tornado uma eficiente forma de auxílio de controle social? Como podia a igreja pregar a união da família a uns, se a outros avalizou e promoveu a desagregação, no caso as famílias dos negros?

No entanto, cabe-se salientar que esta pratica da escravidão era comum durante a Antiguidade e no período medieval, inúmeras foram as sociedades erguidas com mão de obra escrava, no Livro Guerra Santa, por exemplo, há menções de uma rebelião a qual reuniu cerca de meio milhão de escravos no território iraquiano, sendo assim percebe-se que a pratica escravista era comum e existindo mercados destinados a venda de crianças e mulheres para o norte da África.

E quanto ao que poderíamos chamar de cumplicidade da Igreja, frente aos castigos infligidos aos negros, que se materializou num processo real de violência institucionalizada, tais como, o açoite, cortar o punho do escravo, decepar orelhas, extirpar a língua e até mesmo enforcar o negro ou queimá-lo vivo, o que poderia ocorrer apenas para diversão dos senhores, sem falar de outras tantas dezenas de casos de crueldade aplicados a negros encontrados facilmente em qualquer obra literária afim.

Castigos que muitas vezes por seus excessos levavam ainda a morte, eram justificados como sendo a forma como a sociedade se defendia do negro marginal, daquele que não cumpria suas tarefas. Tal questão é incrementada onde, com propriedade, ilustra parte do infortúnio, assim:

No Rio de Janeiro, por exemplo os açoites eram praticados entre nove e dez horas da manhã. A cerimônia, anunciada com antecedência, provocava um ajuntamento do povo que via os infelizes, acorrentados, chegarem em fila de dois, escoltados pelos soldados, até uma praça central onde estava instalado o pelourinho (uma maciça e grande pedra, ou um tronco de madeira com duas argolas laterais) onde o negro era amarrado e supliciado. O povo escolhia o lugar predileto para assistir à barbara cena: ficando atrás da vítima podia observar melhor os estragos feitos pelo látigo, mas ficando de frente podia apreciar com mais acuidade as expressões de dor a cada açoite (PINSKI, 2012, p. 48).

Sublinhe-se, a guisa de reflexão, a expressão antes usada provocava um ajuntamento do povo, para que se possa compreender um pouco do que teria ocorrido e possa ser chamado de violência institucionalizada, pois, imagine-se um ajuntamento de pessoas para assistirem cenas de violência e sofrimento, quando um ser humano era chicoteado até sangrar.

Desta maneira, imagine-se os gritos que ecoavam? Imagine-se a satisfação de quem assistia e promovia o espetáculo? E os religiosos, com seu espirito santo, com seu espirito cristão onde estavam? O que sentiam quando ouviam os gritos do sofrimento? Havia naquela sociedade espaço para piedade e cordialidade, diante de tanta violência

que, diuturnamente, estava presente em todos os cantos?

Ante a observação das políticas radicais, acima mencionadas, que objetivavam o martírio de seres humanos, é de se perguntar onde estava a Igreja quando o negro era açoitado até sangrar em praça pública, para deleite de muitos, onde estavam os padres naquele momento? E na busca por tais informações do passado que possam iluminar o presente, é que se busca olhar a presença da Igreja num momento horrendo da história humana.

No ano de 1789, inspirada na declaração da independência americana, a sociedade francesa em assembleia com base na ignorância, crueldade, esquecimento e desprezo ao ser humano, desabafou por meio de declaração solene os direitos humanos do homem e cidadão.

Complementa-se pelo pensamento de que

Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária. "Os homens nascem e vivem livres e iguais perante as leis", dizia seu primeiro artigo; mas ela também prevê a existência de distinções sociais, ainda que "somente no terreno da utilidade comum". A propriedade privada era um direito natural sagrado, inalienável e inviolável (HOBBSAWN, 2003, p.91).

Nesse contexto verificamos o que poderíamos chamar de primeiros atos nefastos por parte de quem deveria defender raças e pessoas, agindo em discordância com aquilo que deveria defender, ou seja, os princípios cristãos, e desprezando a ideologia do seu fundador Jesus Cristo, que dentre os mandamentos a serem observados, estava que devemos amar uns aos outros. Tais realidades são evidenciadas quando alguns autores apontam:

Uma Igreja, faminta por expansão, que passou a dedicar-se às conquistas coloniais. São os sacerdotes os primeiros colonizadores da África negra. Encontramos padres, ao lado dos conquistadores espanhóis, que massacraram os índios da América. Foram os padres que organizaram o comércio de escravos. Na verdade, foi o próprio Estado da Igreja que ordenou, em 1344, a conquista das Ilhas Canárias. [...] foi o bispo De Las Casas, após a conquista da América, que sugeriu que os indígenas, que não suportavam o trabalho massacrante e as doenças levadas pelos colonos, fossem substituídos por africanos. Assim, desde o início de 1500, os missionários da África começaram a organizar a exportação de escravos para a América, equipando os navios "missionários" para tal fim (FO; TOMAT; MALUCELLI, 2007, p 18).

As palavras dos autores parecem radicais, mas, com propriedade, trazem a tona um pouco do papel desempenhado pela participação ativa da Igreja nesse contexto desumano e cruel, onde qualquer crente nos dias de hoje concluiria, com propriedade, que naquela época o Espírito Santo havia se afastado de todas autoridades religiosas que se envolviam ou compactuavam, ainda que pelo seu silêncio, com a captura de negros.

Um cristão mais crítico questionaria com mais profundidade se perguntando se o

Espírito Santo havia se afastado, e se o Espírito Santo não movia o coração das autoridades religiosas. Que espírito então regia a Igreja? Que espírito regia as autoridades eclesiásticas? Seria um espírito movido pela ganância, pelo egoísmo, pelo interesse em enriquecer, ainda que a custos de sofrimento e crueldades contra aqueles que Jesus chamou de irmãos? E ainda, revelam um pouco do que teria sido o perfil daqueles homens, quando

O horror do colonialismo teve nos missionários seus mais ferozes defensores. Estes se dedicaram a extirpar as religiões tradicionais dos povos subjugados com a violência e a tortura. Chegaram até a impedir que as crianças falassem sua língua- mãe, punindo-as com castigos corporais (FO; TOMAT; MALUCELLI, 2007, p 19).

Em análise a tais conteúdos urge perguntar o quanto é assombrador acreditar que tais fatos tivessem acontecido, que tempos negros vigiam, onde as comunicações eram parcas e as pessoas oprimidas e subjugadas sem que houvesse oponentes, e os tribunais eram fictícios, que na maioria das vezes atendiam os interesses dos poderosos, caso contrário, os direitos humanos se ergueriam.

Lembrando, ainda, que em tais épocas Igreja e Estado caminhavam de mãos dadas, pelo que se observa que um dos efeitos daquela união poderosa está presente ainda nos nossos dias, e isso é visto nas escolas, pois raramente são apresentadas questões referentes as atrocidades ocorridas no período do colonialismo e o papel da Igreja nele, ou seja, a real participação da Igreja, seu posicionamento frente as barbáries, e os atos cruéis perpetrados, por exemplo. É como se tivesse uma cortina de fumaça, talvez para esconder dos fieis menos desavisados, um pouco da história da instituição onde professam sua fé.

Avançando na busca pelo entendimento das ações religiosas, vislumbramos conhecimentos verificados a partir do século XVI, onde a participação da Igreja Católica atua de forma ativa no processo de implantação e manutenção da escravidão no Brasil, visto que havia uma união entre Estado e Igreja nos impérios europeus, o regime de “padroado real”.

Conforme Pereira (2018), o catolicismo era a religião oficial do Brasil Imperial e a Igreja estava subordinada ao Estado, através do regime de Padroado, assim, cabia ao imperador a escolha dos clérigos para os cargos importantes da Igreja, da mesma forma que as bulas papais só eram aplicadas com o consentimento explícito do monarca.

Do mesmo modo, durante esta época, em maior parte os bispos pertenciam as famílias reais, visto que desta maneira o poder político e espiritual consistia ao rei, devido a esta imposição designa-se a falta de vocação nos sacerdotes da época. Esta prática corriqueira, era denominada como mencionado anteriormente em padroado real, onde por meio de acordo o estado português e a igreja de Roma assegurando os direitos das terras não exploradas, afim de propiciar a organização e posse religiosa.

Desta maneira, a igreja possuía o intuito de posse sob os territórios conquistados pelos portugueses, e posto isto a coroa poderia apossar-se do dizimo ofertado pelos fiéis.

Tal permuta de interesses, designaria a coroa o dever de fornecer remuneração ao clero, além de prover a construção e preservação dos prédios da Igreja, em contra partida a mesma teria responsabilidade pela nomeação de diocese e bispos, além disto estipulavam o pensamento em torno da obediência religiosa e do estado, dando ideia de controle de almas.

Pela conceituação retro poderá se concluir da existência de um acordão, um contrato realizado entre Igreja e Estado, a andarem de mãos dadas, e tal acordo abre espaço para as mais diversas conclusões a cerca dos interesses contidos por ocasião da constituição do padroado. Podemos lançar nota que o padroado régio tinha como objetivo captar fiéis, batizando e convertendo, independente da vontade, da aceitação, e pior ainda era usado o discurso que tal pratica era positiva, pois os negros passavam a pertencer ao mundo cristão onde teriam suas almas salvas ao ter conhecimento sob a dita verdadeira religião.

Conduzindo apenas ao questionando, por que em época tão negra da história a Igreja brasileira o clero não se levantou em defesa dos negros? Ademais, beneficiou-se em casos extremos a se beneficiar diretamente da exploração e do sofrimento.

Na dinâmica da evolução dos fatos, deve ser analisado como está problemática evoluiu dentro da História do Brasil, fazendo com que a Igreja, não só aceitasse e reforçasse o sistema, como também se tornasse usuária do trabalho escravo africano em suas propriedades, utilizando-se diretamente de métodos desumanos para a exploração da força de trabalho do negro, afastando-se, assim, de sua verdadeira missão pregada pelo seu mestre e mentor Jesus Cristo (PEREIRA, 2018, p. 4).

É claro que diante de informações tão chocantes, que são encontradas quando se adentra no tema da escravidão é de se lembrar que se busca analisar os fatos daquela época, inclusive no tocante a participação da Igreja, a partir de uma leitura o mais imparcial possível, com vistas a interpretar tais fatos do ponto de vista mais real possível.

Mas quando nos deparamos com informes tão desumanos, deveria isso bastar para provocar em cada um, uma tamanha indignação que no mínimo deveria servir para impulsionar cada um a que buscasse melhor se informar sobre os fatos.

É notório que no dia a dia as pessoas buscam se informar sobre tantos assuntos que poderíamos chamar de fúteis, como novelas e futebol, por que então não buscar se informar sobre o passado, do seu próprio povo, sobre o passado dos seus ancestrais, sobre um passado que está ligado diretamente ao presente, visto que os valores da sociedade atual contêm a herança daqueles tempos.

Assim, poderia se entender um pouco do por que de tanta discriminação presente nos dias atuais, e entender um pouco de quem foi a responsabilidade pela existência da discriminação nos nossos dias, ou concluir, de maneira diversa, sobre tais questões, para que assim se possa assumir o papel consciente de cidadão.

Ainda a guisa de não cometer injustiças, é preciso observar que as ações perpetradas por parte dos religiosos, não abarcou sua totalidade, pois muitos agiram em

prol dos negros, movidos por sentimentos de inconformidade que os impediam de se aliar a proposta vigente na época, mesmo que tais ações fossem inexpressivas no sentido de levar a Igreja a se abster da participação da forma cruel de exploração de seres humanos.

Nos dias atuais percebe-se que inúmeras são as pessoas com consciência das barbáries cometidas dentro destes eventos históricos, sendo assim surge o seguinte questionamento, de que modo mandatários da igreja poderiam propagar os princípios de Jesus Cristo, e ao mesmo tempo compactuarem com uma forma explorativa, que proporcionava a desigualdade, o terror e agressões em pessoas capturadas e forçadas a uma mão de obra não remunerativa? Além disto, como poderiam permitir que esta escravidão, encarceramento e castigos grotescos e em maior parte das vezes insuportável aos descendentes africanos.

Ao tentar entender os fatos que envolveram a Igreja, lançamos mão das mais diversas posições a respeito do tema, onde encontramos apenas as conquistas e as realizações positivas, elevando e enriquecendo nomes de personalidades e seus aspectos, muitos dos quais ainda se tornaram figuras de prestígio dentro do contexto histórico do país.

Verifica-se que os historiadores defendem que os fatos históricos devem ser analisados desde a expressão situada no tempo, ou seja, observam falhas e exatidões dos religiosos, mas asseveram que estes necessitam ser analisados do princípio da realidade da época, considerando o que poderia aceitar-se como correto ou errôneo no tempo dos acontecimentos.

Há também manifestações que refletem um posicionamento mais crítico, e exposição das problemáticas, as rupturas e os defeitos, as atrocidades cometidas pela entidade no decorrer de sua caminhada, inúmeras ocasiões caracterizam-se como forma de entendimento preferível as causas que os conduziram, afim de se precaver-se que estes não seriam repetidos em nossa atualidade.

Neste aspecto, percebe-se que estes acontecimentos se condenam a igreja e religião pela ocorrência destes, e sua propagação e respaldo.

Dentre as justificativas encontradas para a escravidão do negro, vislumbramos a religião como remédio anestésico, visto que desenvolviam teorias para justificar as ações criminosas e acalantar as almas sofridas.

Para tanto anunciavam a teoria da maldição divina, que era apresentada sob três modalidades, pelo que recorremos aos estudos de Azzi (2008, p. 28), onde relata que na época havia três teorias, onde a primeira afirmava: “que a escravidão era consequência do pecado de Adão e da maldição imposta ao homem de trabalhar com o suor de seu rosto. O trabalho escravo evidenciava na sociedade humana a força dessa maldição”.

De outra forma, considerava-se que o povo africano descendia de Caím, e desta maneira carregavam consigo a maldição divina de serem da linhagem do primeiro homicida, em outras palavras, acreditavam que por Caím ter matado seu irmão, o mesmo foi amaldiçoado por Deus.

Esta maldição, estringia-se em uma marca para sempre lembrar de tal crime, consistindo está na cor escura dos africanos, e assim deveriam carregar consigo a punição da escravidão.

Ainda, outra teoria de cunho religioso contava que “os africanos eram os descendentes de Caim, o filho de Noé, amaldiçoado pelo pai por ter zombado de sua nudez, quando jazia embriagado após provar o fruto da videira” (AZZI, 2008, p.28), da mesma maneira como a remanescente população devastada através do dilúvio.

Conforme ainda a cultura judaica “a maldição de Noé parecia ser ainda a mais atuante: daí serem os negros da África considerados com frequência como descendentes de Caim” (AZZI, 2008, p.28), tal façanha condenável deveria ser recompensada através da escravidão deste povo.

Mas a questão é levada mais adiante pelo escritor quando assevera que:

Uma das justificativas ideológicas ao aprisionamento das populações africanas era a sua posterior conversão ao cristianismo, antes da travessia do Atlântico muitos cativos eram batizados e começavam a receber os rudimentos da doutrina cristã (PEREIRA, 2018, p. 10).

Segundo o autor supra citado, neste ponto a Igreja participava ativamente do processo de instituição da escravidão ao se beneficiar pela iniciação do negro africano na religião ainda na África, com a finalidade de aumentar seu rebanho.

Anteriormente em sua obra Pereira (2018)

Contra todos os ensinamentos de Jesus Cristo – criador e inspirador da Igreja – que pregou principalmente a paz, a fraternidade, a igualdade, a justiça e o respeito entre os homens; a Igreja, nesta fase de sua história, se coloca ao lado da exploração, da violência, da desigualdade e do terror sobre pessoas indefesas, caçadas e aprisionadas como animais do outro lado do oceano e trazidas à força para o trabalho escravo, para o cativeiro, para os castigos horrorosos e para a morte em todo o continente americano e, mais especificamente, no Brasil (PEREIRA, 2018, p. 5).

Talvez aqui, então, possa estar parte das respostas às perguntas antes mencionadas, ou seja: alguns as religiosas eram também movidas pelo sentimento de ganancia visto que difundia o amor, e nesse caso não haveria espaço para batismos compulsórios, para arregimentação de indefesos que eram privados de expor sua opinião á cerca de aceitar ou não a doutrina Cristã.

Imagine-se o cenário dentro dos navios negreiros, durante a longa travessia do oceano até chegar em solo brasileiro quando os religiosos na busca de novas almas pela conversão dos negros escravos, distorcendo a realidade de Cristo atormentavam os capturados, com imposição severa de doutrina desconhecida e imprópria para o momento pelo que com propriedade

Ao narrar o sacrifício e a morte mística de Cristo durante as cerimônias celebradas nos navios pelos missionários, afirma que os mesmos eram capazes de celebrar a missa nos navios negreiros, onde o Cristo vivo estava

sendo acorrentado, açoitado, amaldiçoado, sem mesmo perceberem o que estavam fazendo nem onde se realizava o verdadeiro sacrifício (HOORNAERT, 2008, p. 299).

E aqui cabe refletir ainda que suscintamente a expressão, sem perceberem o que estavam fazendo, ao optarmos pela hipótese que sabiam o que estavam cientes de seus atos, evidenciaríamos a hipótese que estivessem dominados por um sentimento da mais alta hediondez, visto que além de estarem violando os ensinamentos que deveriam propagar, ou seja a mensagem de amor (onde está incluído o respeito a diversidades), estavam, por conseguinte, ainda representando o signo de outra entidade espiritual, uma entidade espiritual que fornecia energia, fornecia combustível, fornecia ideias, e justificativas para aplicação dos mais altos suplícios de que se era possível utilizar por quem se intitulava entidade religiosa.

E, por outro lado, se admitirmos que não percebiam o que faziam, estaríamos subestimando a inteligência, visto que por mais atrasados que estivessem naqueles tempos, no tocante a presença de legislações que resguardassem direitos humanos, havia dentro de cada religioso um sentimento nato de justiça, havia dentro do amago de cada um deles regras claras do que seja respeito ao próximo, do que fosse justiça, ética, valores, equilíbrio, etc.

Conduzindo ao entendimento que os sentimentos de nobreza foram desrespeitados, em prol de uma política que visava lucro, riqueza, soberba, dentre outros adjetivos que poderiam ser citados.

Em outro pensamento então, pode-se dizer que não houve desrespeito, violação de direitos, barbárie, de repente é possível que seres humanos se posicionem avalizando tais atos, como politicamente corretos, visto terem ocorrido em outra época, quando não se exigiria conduta diversa com as relatadas em linhas gerais pelos livros de história, e tal postura é responsabilidade de quem a acolhe pois revelará aquilo que cada um é, ainda que analisando os fatos de um tempo longínquo de quando ocorreram.

2.1 O Padroado - O grande Acordo

Embora se compreenda um pouco do mecanismo vigente naqueles tempos sombrios, é necessário analisar o que fora chamado de Padroado, e aqui nos socorremos nas palavras de quando afirma que “as duas instituições básicas que, por sua natureza, estavam destinadas a organizar a colonização do Brasil foram o Estado e a Igreja Católica. Uma estava ligada à outra, sendo o catolicismo reconhecido como a religião do Estado” (FAUSTO, 2009, p. 29).

No entanto, a Igreja estava subordinada ao Estado por um mecanismo denominado mecenato real que consistia numa ampla concessão da Igreja de Roma ao Estado português, em troca de assegurar que a Coroa promovesse e garantisse os direitos e a

organização da Igreja nas terras não povoadas.

Sob este ponto de vista, restringia-se a igreja a domínios sobre as terras tomadas pelo estado português, em contra partida a coroa recolheria o dízimo ofertados pelos fiéis, estes que deveriam caracterizar um décimo de sua renda.

Em troca dos benefícios, a família real deve pagar o clero e construir e cuidar das igrejas, mas por outro lado será responsável pela criação de uma diocese e pela nomeação de bispos. A igreja tornou-se uma ferramenta muito eficaz que pode transmitir o conceito geral de obediência e, mais estritamente, o poder da obediência ao estado, ou seja, governar a alma. Ainda lançamos mão do que é observado por Matos (2011, p.101) que “o sistema do padroado como o estabelecimento de um solene compromisso entre o Estado, na pessoa do rei, e a Santa Sé, tendo em vista a propagação da fé cristã e a consolidação da Igreja”, bem como a sua expansão e crescimento.

Arrematando o tema Hornaert *et al.* (2008, p.257), faz a seguinte leitura: “a religião funcionava na maioria dos casos como uma lavagem cerebral no sentido de inculcar nos escravos as virtudes da obediência servil, da paciência passiva, da dependência, da entrega de sua dignidade”,

Seguindo a mesma linha de raciocínio complementa-se mais adiante em sua obra onde enfatiza “os negros escravos adquiriram com o tempo, as virtudes do cativo, dentre elas, a resignação e, também a mansidão, a paciência, a humildade, a submissão, finalmente a completa entrega da personalidade” (HORNAERT *et al.*, 2008, p.367).

Nessa perspectiva, poder-se-ia dizer que é fundado o país Brasil, um país que nasce com a saga do sofrimento e da esperteza, anos a fio, sob a égide sombria, égide esta que não admitia questionamento á respeito sua legitimidade, o que seria considerado um atentado, uma insubordinação, até mesmo porque a religião que Deus estava por trás de tudo.

Como antes visto, a escravidão era justificada como um meio de salvação, e quem por ventura fugisse das correntes estaria em pecado, como bem coloca ainda Hornaert *et al.* (2008, p.340) que “aqueles religiosos que “doutrinaram os africanos lhes ensinaram que os foragidos vivem em estado de pecado mortal, vão para o inferno, são condenados para sempre”.

Nesse cenário o Brasil dá seus primeiros passos em direção a longínqua democracia, que está presente nos dias atuais, uma democracia manchada pelo sentimento herdado de uma cultura que por anos dominou e difundiu a imagem do negro como imagem de um ser diferente do homem branco, um ser que deveria viver para servir, e os religiosos da época faziam vistas grossas a problemática, não tinha escrúpulos frente ao sofrimento alheio.

No seu discurso não havia espaço para percepção de sofrimento, eram manifestações naturais que serviriam para expiar os pecados dos infortunados, que tiveram tal sorte e tal estigma, apenas pelo tom da pele ser escuro.

Mas nem tudo era sombras e espíritos com luz focavam luz, quando se inquietavam

com tal cenário, denunciando com vigor tal problema e suas consequências nefastas, pelo que nos valem de Assunção (2003, p.32), “alguns poucos jesuítas lutaram para mostrar as injustiças praticadas contra o negro e o horror da escravidão colonial”.

E para entender um pouco melhor o movimento pró negro, observamos as palavras de Hornaert *et al.* (2008, p.249) quando afirma que “foram numerosos casos de expulsão de membros da Igreja que ousavam levantar a voz contra a sistemática exploração dos pobres indígenas e africanos”.

Complementando, Hornaert *et al.* (2008, p.291) destaca ainda que “apesar de todos estes condicionamentos em contrário houve sempre, no clero que atuava no Brasil, vozes discordantes, que procuravam colocar a vida sacerdotal em termos de missão evangélica e não em termos de expansão de um sistema religioso”.

Onde anteriormente em sua obra Hornaert *et al.* (2008, p.180) afirma que

Os diversos bispos que protestaram ou, simplesmente, não se conformaram com as imposições da metrópole, ou tiveram dissensões com os governantes no Brasil eram chamados a Portugal para prestar contas de sua atuação ou simplesmente afastados da sede episcopal e exilados (HORNAERT *et al.*, 2008, p. 180).

Tais relatos evidenciam um pouco dos bastidores, um pouco da política interna, um pouco do perfil dos religiosos que se faziam presente em solo brasileiro, e assistiam o cenário cruel.

Devemos então mencionar que não havia unanimidade, havia dois espíritos regendo as ações, havia dois grupos de religiosos, um que segurava o chicote, e, de outro lado, um grupo que buscava amenizar a dor, mas encontrava reação enérgica dos detentores do poder, que usavam de expedientes nada ortodoxos para sufocar manifestações.

Em consequência da expulsão de religiosos ou mesmo envio de tais religiosos a Portugal, dentre outras políticas, o que é ilustra-se ainda com propriedade por Azzi (2008, p.19) “não se deve olvidar, enfim, a dedicação de muitos missionários à causa da fé, o sacrifício por eles dispendidos na tarefa da evangelização, redundando por vezes na sua própria morte”.

Com certeza a presença de almas caridosas estiveram presentes no processo maquiavélico, levando alento muitas vezes ao sofrimento de algumas almas, ou seja, a presença de verdadeiros cristãos foi uma realidade, ainda que não fosse vista com bons olhos.

Quanto sofrimento devem ter vivenciado tais Cristãos ao estarem cerceados diante das políticas vigentes, assistindo seus pares agirem contra todos ensinamentos de Jesus Cristo- Criador e Inspirador da Igreja, que pregava a paz, a fraternidade, a igualdade, a justiça e o respeito entre os homens.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como poderia dizer que somos todos irmãos se o negro era tratado como um animal de carga? Pelo exposto após a análise dos contextos violentos apresentado, poderíamos concluir que os preceitos e os dogmas da Igreja católica foram utilizados para justificar o sistema opressor contra os mais fracos, ou seja, os negros escravos.

Por outro lado, verificamos a existência de religiosos que atuaram, de um modo geral, ao lado dos interesses dos colonizadores, pois dependiam financeiramente dos cofres da Coroa portuguesa e eram fortemente reprimidos quando discordavam.

Enfim, um pouco do quadro foi apresentado, onde se buscou aventar a influência e a participação da Igreja Católica na implantação da escravidão negra africana no projeto colonial português para o Brasil, a partir do século XVI.

Do que podemos deduzir as consequências morais, sociais e espirituais, advindas da escravidão, os benefícios que nos trouxeram, que chegaram nos dias atuais, que resultados positivos com relação à conversão católica ocorreram, visto que os religiosos naquela época, a princípio, tinham como objetivo, como ideal, a formação cristã auspiciada pelos missionários. Pois, se observarmos que a formação cultural da sociedade brasileira iniciou no período no período colonial, e quem estava a frente do processo de educação eram os religiosos, os quais transmitia os valores que a sociedade deveria adotar e praticar.

REFERÊNCIAS

PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. 96 p.

FO, Jacopo; TOMAT, Sergio; MALUCELLI, Laura. **O Livro Negro do Cristianismo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007. 272 p.

PEREIRA, Tulio Augusto de Paiva. A Igreja Católica e a Escravidão Negra no Brasil A Partir Do Século XVI. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [S.L.], v. 05, n. 05, p. 14-31, 11 jun. 2018.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções: Europa 1789-1848**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. 464 p.

AZZI, Riolando. **A Igreja católica na formação da sociedade Brasileira**. Aparecida: Santuário, 2008. 168 p.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. 2. ed. Reimpressão. São Paulo: Edusp, 2009.

MATOS, Henrique Cristiano José. Nossa história – 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2011.

HONAERT Eduardo *et al.* **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: primeira época, Período Colonial**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ASSUNÇÃO, Paulo. **Os jesuítas no Brasil Colonial**. São Paulo: Atual, 2003.

PERCEPÇÃO, ATENÇÃO E DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA (RE)LEITURA DA PSICOLOGIA HISTÓRICO- CULTURAL MEDIANTE O FILME “RAY”

Data de submissão: 06/12/2024

Data de aceite: 05/02/2025

Luana de Lima Menezes

UNESP/ASSIS

CAPES

<http://lattes.cnpq.br/4501117482502327>

RESUMO: O presente estudo teve como proposta discorrer sobre as funções psicológicas superiores, com enfoque à atenção e percepção, de pessoas com deficiência visual. Para tanto, realizamos nossa análise mediante o filme Ray, que narra a história de Ray Charles Robinson, um célebre artista musical norte-americano que, durante a infância, fora acometido pela cegueira. Nada obstante, a fim de que nosso objetivo fosse contemplado, pautamos nossas investigações em teóricos da psicologia histórico-cultural, tal como Vigotski, que aponta a natureza social do desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Ademais, com base na abordagem da defectologia, apresentada por Vigotski, utilizamos como subsídio suas elucubrações no que diz respeito à compreensão do desenvolvimento de pessoas com deficiências. Finalmente, a partir da análise do filme, indicamos que funções psicológicas como a percepção

e atenção, são importantes processos que podem compensar a perda total ou parcial da visão, de pessoas com deficiência sensorial, do tipo visual. Isto posto, é possível dar destaque à compensação mediante o fortalecimento e desenvolvimento das funções psicológicas superiores, e não apenas de funções naturais, como a substituição da visão pela audição; apontamos, no entanto, que tal processo decorre de um rearranjo do sistema psicológico, de modo complexo, em vista da inserção do sujeito na sociedade, e de condições objetivas que propiciem o seu desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Funções Psicológicas Superiores, Atenção, Percepção, Deficiência visual.

A educação social, que surge na grande era da reconstrução definitiva da humanidade, é chamada a realizar o que a humanidade sempre sonhou como um milagre religioso: que os cegos vejam e os mudos falem.

Liev Semiónovich Vigotski

INTRODUÇÃO

Na décima nona edição de America's Got Talent, um jovem de 22 anos foi o vencedor do aclamado programa estadunidense. Kodi Lee, em sua primeira audição, cantou e tocou, em um piano, a música intitulada A song for you, canção muito conhecida, também, pela interpretação de Ray Charles (1930 – 2004), um ilustre cantor e pianista norte-americano. A escolha pela referida canção, feita pelo jovem músico Kodi, poderia aparentar mera casualidade, não fosse pelo fato de que ambos os artistas que a interpretaram, tivessem em comum uma deficiência visual: a cegueira.

Neste seguimento, vale apontar, no que concerne à pessoa com deficiência, assevera a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015, p. 10, grifo do autor), em seu primeiro capítulo que:

Art. 2º. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Nesta perspectiva, a cegueira é uma deficiência sensorial, do tipo visual. No entanto, faz-se importante indicar que, nem todas as pessoas cegas possuem incapacidade total para enxergar, uma vez que, são assim também consideradas “[...] aquelas nas quais o prejuízo da visão se encontra em níveis incapacitantes para o exercício de tarefas rotineiras, apesar de possuírem certos graus de visão residual” (Ottaiano et al., 2019, p. 10). Isto é, em conformidade com Ottaiano et al. (2019, p. 10, grifo nosso), pessoas com cegueira podem ser aquelas que:

[...] só percebem vultos, aquelas que só conseguem contar dedos a curta distância e aquelas que só mantêm percepção luminosa. Estes últimos estão mais próximos da cegueira total ou amaurose, que pressupõe perda completa de visão, sem que haja sequer a *percepção* luminosa.

Conquanto, embora não seja o objetivo aprofundarmos acerca da deficiência visual de Ray Charles ou Kodi Lee, (mencionados em excerto anterior), nos vale indicar que o êxito de seus trabalhos, enquanto músicos, se deram em vista das condições objetivas e materiais que lhe foram garantidas. As barreiras em face à deficiência, e nesta conjuntura específica, a deficiência visual, não são determinantes para o desenvolvimento ou não desenvolvimento humano e, portanto, este estudo tem como primeiro intento, levantar a discussão sobre aspectos concernentes ao desenvolvimento de pessoas com deficiência, e processos que se relacionam, como o desenvolvimento e conexões das funções psicológicas superiores, com enfoque à percepção e atenção.

Destarte, tendo em vista que, conforme Ottaiano et al. (2019), a estimativa é de que, no Brasil, 1,5 milhões de pessoas sejam cegas - o que seria equivalente a 0,75% da população brasileira -, faz-se imprescindível que, estudos sejam engendrados, a fim de garantir reflexões críticas acerca de como a sociedade compreende a deficiência, e

igualmente, para garantir o desenvolvimento de condições objetivas e materiais para incluir e integrar todas as pessoas, sem distinções, e equitativamente em todos os âmbitos sociais.

Por conseguinte, pautamos nossas investigações e análises a partir da teoria Histórico-Cultural, com ênfase neste trabalho, às teorizações de teóricos soviéticos, como Liev Semiónovich Vigotski (1896–1934), uma vez que, de acordo com Shuare (2017), trata-se do maior expoente da teoria, tendo em vista que fora o primeiro a empregar o Materialismo Histórico-Dialético à ciência psicológica. Além disso, Vygotski (1997), apresenta contribuições importantes acerca da defectologia¹, indicando que, qualquer pessoa pode se desenvolver, independente dos comprometimentos físicos, mentais, sensoriais ou intelectuais em decorrência a alguma deficiência. Ademais, Vygotski (2000), no tocante às funções psicológicas superiores, aponta que estas se desenvolvem por meio de relações estabelecidas socialmente, a partir da inserção do sujeito na sociedade, em que, ao interagir com seus pares, e através da mediação destes, poderá se apropriar de signos, instrumentos e ferramentas, produzidos por outros seres humanos, onde se está conservado a cultura e a própria história.

Portanto, com base no exposto, tivemos como objetivo discorrer sobre as funções psicológicas superiores, com enfoque à atenção e percepção, de pessoas com deficiência visual. Com a finalidade de contemplar nosso objetivo, realizamos nossa análise a partir do filme Ray (2004), que retrata a história de Ray Charles.

O DESENVOLVIMENTO O HUMANO E UM OLHAR PARA AS POTENCIALIDADES: A DEFECTOLOGIA

A fim de que o desenvolvimento possa acontecer para a criança que acabara de nascer, duas coisas lhe são imprescindíveis: um organismo biológico, com o sistema nervoso central corresponde à sua espécie, e sua inserção na sociedade, estabelecendo relações com outros seres humanos. De acordo Mukhina (1995, p. 41): “[...] as propriedades naturais da criança não criam qualidades psíquicas, mas sim as condições necessárias para sua formação. Essas qualidades surgem graças à herança social”. Embora esta afirmativa possa parecer irrefutável, é importante salientar que um processo não repele o outro e, sim, ocorrem dialeticamente.

Nesta perspectiva, Vygotski (2000), em sua obra denominada “História do desenvolvimento das funções psicológicas superiores”, publicada em 1931, apontava que, embora em sua contemporaneidade outros estudiosos discutissem acerca do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, estes o faziam a partir de uma concepção tradicional, com visão unilateral e, nos termos de Vygotski (2000, p. 12, tradução nossa, grifo nosso): “[...] incapaz de considerar estes atos como atos do

¹ Faz-se importante, neste ensejo, assinalar que a defectologia explanada neste trabalho diz respeito à apresentada por Vygotski (1997), que se refere à educabilidade e estudo sobre pessoas com alguma deficiência. Apesar disso, a defectologia não surge com este teórico, uma vez que o termo fora utilizado, pela primeira vez, em 1912, por Vsevolod Petrovich Kashchenko (1870-1943), um psiquiatra russo (Netto; Leal, 2013).

desenvolvimento histórico, porque os julga unilateralmente como *processos e formações naturais*, confundindo o natural e o cultural, o natural e o histórico, o biológico e o social no desenvolvimento psíquico da criança”. Desta forma, o autor indica que os processos complexos se decompunham em seus elementos constituintes, perdendo o caráter estrutural unitário e, assim, sendo reduzidos a processos elementares e de natureza subordinada.

Apesar de Vygotski (2000), apontar a imprescindibilidade de estudar a gênese das funções psicológicas superiores, como suas raízes biológicas, para este teórico, as referidas funções não são processos naturais complexos, pois dessa forma, corre-se o risco de, como estudiosos contemporâneos a sua época faziam, reduzi-las a outros processos simples e elementares. Em contrapartida, ele defendia que o desenvolvimento ocorria em duas linhas, sendo o natural e o cultural, não como um processo simples e evolutivo, posto em uma única linha do desenvolvimento, mas sim, por meio de um processo complexo e dialético, em que o desenvolvimento das funções psicológicas, tipicamente humanas, pode acontecer.

Outrossim, neste seguimento, o homem é aquele quem transforma a natureza e, neste processo, também é transformado. Assim, é este mesmo homem quem produz instrumentos que serão portadores da atividade da espécie, de funções sociais, e que, por conseguinte, conservará em sua matéria a história da humanidade. Desta forma, quando uma criança é inserida neste contexto, e através da mediação intencional de pares mais experientes, passa a se apropriar e a internalizar esses instrumentos e signos, poderá desenvolver as funções psicológicas superiores, as funções sociais tipicamente humanas (Barroco, 2007).

Além disso, Vygotski (2000) assevera que as funções superiores estão em constante desenvolvimento, enquanto as funções psicológicas elementares, aquelas que compartilhamos com outros animais e são reflexas do organismo, pouco se modificam ao longo da história. Tal afirmativa pode ser explicada a partir da compreensão da natureza social das funções psicológicas superiores, portanto, passam a transformadas ao longo da história da humanidade, em um plano social, ao mesmo tempo em que se modificam individualmente ao longo do desenvolvimento de cada indivíduo. Estes processos superiores sempre aparecerão, primeiramente, em um nível coletivo e depois, em um nível individual (Vigotski, 1999).

Ainda, é importante salientar que, as funções psicológicas superiores estabelecem importantes e complexas relações entre si, como nexos ao longo do desenvolvimento. As mudanças que ocorrem nas funções, na verdade, são em ocorrência às mudanças entre as conexões estabelecidas entre elas. Esses nexos, por sua vez, correspondem ao que se é conhecido como sistema psicológico. Neste sentido, embora por motivos didáticos, as funções psicológicas superiores possam ser mencionadas separadamente, como memória e atenção voluntárias, linguagem, pensamento entre outros, não se é possível compreender um processo sem reconhecer que um não independe do outro; não se trata

de um localizacionismo funcional, mas sim, de processos que ocorrem em sistema um relacional (Vygotski, 1999).

Neste seguimento, é possível pensar em estratégias compensatórias para o desenvolvimento de pessoas com deficiência. A esse respeito, Gindis (1999, s/p, tradução nossa) aponta que:

Uma ideia inovadora de L. Vygotsky era que a compensação mais eficiente para a perda ou fraqueza das funções naturais pode ser alcançada por meio do desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Paradoxalmente, enquanto o que pode ser prejudicado são os processos naturais (visual, auditivo, motores, etc.), os objetos de reabilitação são os processos culturais de raciocínio abstrato, memória lógica, atenção voluntária, comportamentos direcionados a objetivos, etc. Vygotsky apontou para as limitações do treinamento sensório-motor tradicional, dizendo que a compensação biológica pura (por exemplo, audição superior em indivíduos cegos) tem sido uma exceção e não a regra, enquanto o domínio das atividades psicológicas superiores não tem limites.

Vygotski (1997), defendia que, a educação de crianças com deficiência tivesse os mesmos objetivos sociais e culturais que aquelas que não tivessem quaisquer tipos de deficiência. Aqui, o autor se direciona à deficiência secundária², originada pela sociedade excludente, ao não oportunizar ao sujeito com deficiência, em determinados contextos e mediante a barreiras postas, o seu desenvolvimento. Neste sentido, faz-se valer o que anteriormente abordamos até aqui neste excerto sobre as funções sociais: os processos psicológicos superiores são aqueles internalizados e desenvolvidos pelo sujeito, quando este entra em contato com instrumentos, ferramentas e signos sociais através da mediação intencional de outros pares. Neste sentido, Vygotski (1997) também incute que, as limitações de pessoas com alguma deficiência podem ser compensadas por meio do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, possibilitando-a, por intermédio do coletivo (sociedade), com condições para desenvolver suas potencialidades, assim como com quaisquer outras pessoas sem deficiências.

De modo a exemplificar, podemos citar o documentário produzido pela BBC TV (1992), intitulado *As borboletas de Zagorsk*³, em que se é apresentado a educação oferecida para crianças cegas-surdas que viviam na escola de Zagorsk, que fora fundada em 1963 e tinha como pressupostos a abordagem da defectologia vigotskiana (Netto; Leal, 2013). No documentário é possível perceber que, crianças com comprometimentos na visão e audição, aprendiam a se comunicar, seja por meio da fala verbalizada, da escrita, ou da língua de sinais tátil, em virtude de processos compensatórios, ou seja, as funções psicológicas superiores (como pensamento e linguagem, entre outras), compensaram as limitações das funções naturais do organismo. Em diálogo a essa experiência na antiga

2 Vygotski (1997), faz a distinção entre deficiência primária e secundária, sendo a primeira, concernente a fatores orgânicos, como deficiências sensoriais, enquanto a segunda se refere às consequências sociais em vista da própria deficiência.

3 Com o fim da União Soviética, a cidade de Zagorsk foi renomeada como Segeiev-Posad (Netto; Leal, 2013).

União Soviética, Vygotski (1997, p. 82, tradução nossa, grifo nosso) aponta sobre a educação social:

Provavelmente a humanidade vencerá, tarde ou cedo, a cegueira, a surdez e a debilidade mental. Porém, as vencerá muito antes no plano social e pedagógico que no plano médico e biológico [...] O surdo que fala e o cego que trabalha são partícipes da vida comum em toda sua plenitude, eles mesmo não experimentaram sua insuficiência nem deram motivo aos demais. Está em nossas mãos fazer com que a criança cega, surda ou débil mental não seja deficiente. Então desaparecerá também esse conceito, signo inequívoco de nosso próprio defeito [...] A quantidade de cegos e surdos se reduzirá enormemente. Quiçá desaparecerão definitivamente a surdez e a cegueira. Porém, antes disso, serão vencidas socialmente. Todavia, fisicamente, a cegueira e a surdez existirão durante muito tempo na terra. O cego seguirá sendo cego e o surdo, surdo, porém deixarão de ser *deficientes porque a defectividade é um conceito social [...] A cegueira em si não faz uma criança deficiente [...] A educação social vencerá a deficiência.*

ATENÇÃO E PERCEPÇÃO ENQUANTO FUNÇÕES PSICOLÓGICAS SUPERIORES

De acordo com Vygotski (1991), a relação entre a fala e a utilização de alguns instrumentos, implicam em diversas funções psicológicas, em especial, a percepção e atenção, assim como, operações sensório-motoras. O autor indica também que, a percepção de uma criança, não se desenvolve em uma continuidade, de modo aperfeiçoado em relação a de outros animais, mas sim, ocorre de modo complexo, o que faz da percepção humana, uma função psicológica superior. Em outras palavras, e em conformidade a Vygotski (1991, p. 24), os animais seriam “[...] incapazes de modificar o seu campo sensorial por meio de um esforço voluntário. De fato, talvez fosse útil encarar como regra geral a dependência de todas as formas naturais de percepção em relação à estrutura do campo sensorial”. No entanto, para os seres humanos, o processo perceptivo não ocorre desta maneira.

Vygotski (1991), indica que em um experimento por ele realizado, foi solicitado a crianças que, diante de uma figura, pudessem explicar, sem o uso da fala, o conteúdo da imagem. Fora solicitado o uso da mímica como modo de comunicação. Assim, através do experimento, o autor assinala que, fora possível inferir que as crianças, com dois anos de idade, podiam perceber os aspectos dinâmicos da figura, e não tinham dificuldade em reproduzir por mímica, no entanto, embora outros estudiosos abordassem tal processo como uma habilidade da percepção da criança, Vygotski (1991, p. 25, grifo nosso), compreendeu como uma limitação do desenvolvimento da linguagem neste período do desenvolvimento:

Um conjunto de observações correlatas revelou que a rotulação é a função primária da fala nas crianças pequenas. A rotulação capacita a criança a escolher um objeto específico, isolá-lo de uma situação global por ela percebida simultaneamente; entretanto, a criança enriquece suas primeiras palavras com gestos muito expressivos, que compensam sua dificuldade

em comunicar-se de forma inteligível através da linguagem. Pelas palavras, as crianças isolam elementos individuais, superando, assim, a estrutura natural do campo sensorial e formando novos (introduzidos artificialmente e dinâmicos) centros estruturais. A criança começa a perceber- o mundo não somente através dos olhos, mas também através da *fala*. Como resultado, o imediatismo da percepção "natural" é suplantado por um processo complexo de mediação; a fala como tal torna-se parte essencial do desenvolvimento cognitivo da criança.

A linguagem e a percepção estabelecem, desde estágios mais precoces do desenvolvimento, importantes nexos, enquanto funções psicológicas superiores. Mesmo em resoluções de problemas não verbais, a linguagem desempenha função primordial. Posteriormente, como demonstrado no experimento realizado por Vygotski (1991), a percepção, já verbalizada, não se limitará para criança em atos de rotulações. Nesse sentido, a fala terá uma função instrumental para que possa ser atingida formas mais complexas da percepção cognitiva.

Por conseguinte, indissociavelmente aos nexos relacionais estabelecidos entre linguagem e percepção, um aspecto especial da função psicológica perceptiva, apontado por Vygotski (1991), se refere a afirmativa de que a percepção de objetos reais surge em idade tenra: o mundo é enxergado para além de sua cor e forma; é visto como um mundo de sentidos e significados. O próprio autor sugere um exemplo: ao observar um objeto redondo, com números e ponteiros, não se vê formas isoladas uma das outras, se enxerga um relógio, e é possível distinguir a função de um ponteiro para o outro. Apesar disso, alguns pacientes com lesão cerebral são incapazes de reconhecer o relógio enquanto significado social, apenas, enxergam as formas e as descrevem parte por parte. Esses sujeitos perderam o relacionamento real com o objeto. Portanto, essas afirmativas feitas pelo autor, indicam que os seres humanos não possuem percepções isoladas, mas sim, categorizadas.

Ademais, Vygotski (1991, p. 27), assevera que:

Dentre as grandes funções da estrutura psicológica que embasa o uso de instrumentos, o primeiro lugar deve ser dado à atenção. Vários estudiosos, a começar por Kohler, notaram que a capacidade ou incapacidade de focalizar a própria atenção é um determinante essencial do sucesso ou não de qualquer operação prática. Entretanto, a diferença entre a inteligência prática das crianças e dos animais é que, aquelas são capazes de reconstruir a sua percepção e, assim, libertarem-se de uma determinada estrutura de campo perceptivo.

Neste seguimento, a linguagem assume com a atenção, igual e importante relação quanto como com a percepção. De acordo com Luria (1979), as formas superiores da atenção da criança, aparecem, primeiramente, a partir das instruções verbais do adulto, o que proporcionará, nesta fase do desenvolvimento, a estabilidade de subordinação do comportamento. Posteriormente, tal processo se manifestará na atenção arbitrária autorreguladora do comportamento da criança, e nesse contexto, também explana Vygotski

(1991, p. 27):

Com o auxílio da função indicativa das palavras, a criança começa a dominar sua atenção, criando centros estruturais novos dentro da situação percebida. Como K. Koffka tão bem observou, a criança é capaz de determinar para si mesma o «centro de gravidade» do seu campo perceptivo; o seu comportamento não é regulado somente pela conspicuidade de elementos individuais dentro dele. A criança avalia a importância relativa desses elementos, destacando, do fundo, «figuras» novas, ampliando assim as possibilidades de controle de suas atividades.

Em vista disso, o sujeito tem a possibilidade de perceber as mudanças em situações presentes, a partir de suas vivências anteriores, para entrar em atividade a fim de se orientar com relação a perspectivas sobre o futuro. Destarte, para Vygotski (1991), em um processo de desenvolvimento humano, a atenção do sujeito, já em tenra idade, engloba uma totalidade de séries de campos perceptivos.

Isto posto, Luria (1979), aponta que o caráter seletivo da atividade consciente diz respeito a uma função da atenção, e se manifesta, igualmente, na percepção. Tal processo implica no fato de que, não fosse pela seletividade, nenhuma atividade por parte do sujeito seria possível, tendo em vista a desordem das informações não selecionadas.

Em todos os tipos de atividade consciente deve ocorrer um processo de deleção dos processos básicos, dominantes, que constituem o objeto da atenção do homem, bem como a existência de um “fundo” formado pelos processos cujo acesso está retido na consciência; em qualquer momento, caso surja a tarefa correspondente, tais processos podem passar ao centro da atenção do homem e tornar-se dominantes (Luria, 1979, p. 2).

Em conformidade com Luria (1979), dois grupos seriam fundamentais para explicar o os fatores que determinam a atenção humana e seu caráter seletivo. Em um primeiro grupo, poderiam ser apontados aspectos concernentes a estímulos externos perceptíveis ao sujeito, que se aproximam de fatores da estrutura da percepção. Em um segundo grupo, aqueles que dizem respeito à atividade do próprio homem.

Um aspecto importante a ser salientado a respeito do primeiro grupo, descrito por Luria (1979), corresponde à intensidade do estímulo. Em outras palavras, a atenção do sujeito será atraída para o estímulo que se distingue dentre outros dispostos no mesmo ambiente como, por exemplo, uma lâmpada que subitamente é acesa em uma sala com iluminação amena. Conquanto, em um ambiente no qual estímulos distintos, se apresentem estáveis e equilibrados, sem que um domine o outro dentro do campo perceptivo, a atenção do sujeito ganhará caráter instável com oscilações da atenção, em que, em um momento um estímulo dominará, e noutro, ou próximo estímulo.

Luria (1979), também chama a atenção para a novidade do estímulo, ou a diferença deste com relação a outros dispostos no campo perceptivo do sujeito. O autor afirma que, se um estímulo acaba por sobressair outros de forma acentuada, ou é novo entre os demais, acaba por atrair a atenção para si, e provoca aquilo que chama de reflexo

orientado⁴ especial. Todavia, um resultado similar pode aparecer numa situação inversa: quando um estímulo corriqueiro se torna ausente, isso chama a atenção, subitamente, de quem o ouvia com determinada frequência.

Ademais, Luria (1979) destaca, de modo a reiterar, a importância da organização estrutural a fim de viabilizar que a percepção dos estímulos, do meio exterior, chegue ao sujeito. O teórico alude:

A organização estrutural do campo perceptivo é um dos meios mais poderosos de direção da nossa percepção e um dos mais importantes fatores de sua ampliação, enquanto a organização racional psicologicamente fundamentada do campo perceptivo é uma das tarefas mais importantes da *engenharia psicológica*. 'Não é difícil perceber a grande importância que adquire a garantia de formas mais racionais de organização do fluxo de informação que chega ao avião que pilota aviões rápidos ou super-rápidos (Luria, 1979, p. 4, grifo do autor).

Ademais, no que tange ao segundo grupo, didaticamente mencionado por Luria (1979), a fim de explicar os fatores que determinam o sentido da atenção, o autor dá capital importância, sobretudo, com a estrutura da atividade do próprio sujeito.

Quando analisamos os problemas da evolução biológica do comportamento dos animais, vimos o papel decisivo da *importância biológica* dos sinais no comportamento dos animais. [...] Indicamos que as abelhas reagem a formas complexas que constituem indícios de flores, desprezando as formas geométricas simples sem importância biológica para ela; o gato que reage vivamente ao ruído do rato, não dá atenção aos sons do folheamento de um livro ou ao farfalhar de um jornal. É fato bastante conhecido que a atenção dos animais é provocada por sinais de importância vital.

Tudo isso se refere igualmente ao homem, com a única diferença de que as necessidades e interesses que o caracterizam não têm, em sua grande maioria, caráter de instintos e inclinações biológicas mas caráter de fatores motivacionais complexos que se formaram no processo da história social (Luria, 1979, p. 4, 5, grifo do autor).

Neste ponto, vale salientar o aspecto fundamental da atividade humana, e seu papel no que concerne o desenvolvimento de novos instrumentos e signos que são portadores de funções sociais, como mencionado anteriormente no decorrer deste trabalho, a respeito das funções psicológicas superiores. Luria (1979), dá destaque às necessidades, interesses e objetivos do ser humano, que não se desvinculam sobre sua percepção e processo da sua atividade. Em outras palavras, o sujeito entrará em atividade a fim de que suas necessidades sejam sanadas, e neste processo, novas ferramentas, instrumentos e signos serão desenvolvidos, estes quais, hão de ser imprescindíveis para a sociedade; para o desenvolvimento do ser humano. Compreender, portanto, a organização estrutural da atividade humana, é essencial para também compreender os fatores que levam o sujeito a atentar-se, a dirigir sua atenção.

4 O termo “reflexo de orientação”, segundo o Luria (1981), é utilizado, primeiramente, por Pavlov.

RAY, PARA ALÉM DE UM FILME: UMA HISTÓRIA DE POTENCIALIDADES

Ray (2004), é uma produção cinematográfica, dirigida por Taylor Hackford, que discorre sobre a história de Ray Charles Robison, um notório pianista e cantor de soul, blues e jazz, norte-americano. Vale apontarmos que, o cerne deste artigo é estabelecer uma relação entre a deficiência visual e processos psicológicos, como atenção e percepção, do artista. Portanto, assuntos retratados no filme que não integrem a este objetivo, não serão frisados neste estudo.

Ray Charles nascera em 23 de setembro de 1930, em Albany, Nova York, e falecera no dia 10 de junho de 2004, em Los Angeles, Califórnia. O músico chegou a ser reconhecido como o 10º maior artista e 2º maior cantor, de todos os tempos, pela revista *Rolling Stone*. Ray foi um consagrado artista que, de acordo com Pinto (2019), se tornou o mais importante colaborador para o desenvolvimento e fixação de ritmos genuinamente americanos, mais especificamente com relação ao Soul. Ainda, para Pinto (2019, p. 59), “Ray Charles é uma referência icônica do músico cego para o mundo”.

Apesar de ter cegueira, é importante mencionar que, nem por toda a vida o músico teve essa deficiência. Ao longo do filme, é possível perceber que Ray Chales passara a ter seus primeiros sintomas por volta dos sete anos de idade, logo após a morte do irmão mais novo, que se afogou em uma bacia de água enquanto os dois brincavam. Apesar disso, a obra de Taylor Hackford não explica a gênese da deficiência de Ray.

Compreendemos, no entanto que, a deficiência de Ray Charles não fora uma limitação em sua vida, muito embora, com a cegueira, comprometimentos em vista disso tenha lhe ocorrido. Entretanto, ao longo de sua história, condições foram proporcionadas a ele, a fim de que seu desenvolvimento pudesse acontecer como para qualquer outra criança. Neste sentido, podemos dar ênfase a sua relação com a música, muito embora, em *Ray* (2004), não fique evidente como o músico dera início à sua relação com a arte musical.

Neste seguimento, concordamos com Vygotski (1997), quando este aponta que qualquer pessoa com deficiência, independente de qual seja, possa se desenvolver. Para este autor, ainda:

Em um ambiente socialmente diverso, a cegueira não é psicologicamente a mesma. A cegueira, para a filha de um fazendeiro americano, para o filho de um latifundiário ucraniano, para uma duquesa alemã, um camponês russo, um proletário Sueco, são fatos psicologicamente muito diferentes. Psicologicamente, a cegueira não implica deficiência de vida espiritual. A educação da criança deficiente (do cego, do surdo) é exatamente o mesmo processo de elaboração de novas formas de comportamento, de criação de reações condicionadas, que no menino normal (Vygotski, 1997, p. 81, tradução nossa).

Tal afirmativa, corrobora com a explicação de que, muito embora todas as pessoas com deficiência possam se desenvolver como outras que não a tem, psicologicamente a

deficiência é experienciada de formas diferentes, a depender da sociedade em questão, e dos aspectos socioeconômicos do sujeito. Apesar disso, se forem garantidas as mesmas condições de educação (considerando suas especificidades), a pessoa cega se desenvolverá como outras sem deficiência visual.

No filme, compreendemos que, mesmo que Ray Chales enxergasse nos primeiros anos de vida, tivera que reaprender a se orientar quando perdera completamente a visão. A compensação, mediante ao desenvolvimento e novos nexos entre as funções psicológicas superiores, como atenção, percepção – de cara importância neste processo-, também, linguagem e memória, é notória em quase toda obra cinematográfica. Em dado momento, durante o filme, um motorista que levava Ray Charles para um show lhe perguntou como ele lidava bem, no dia a dia, sem o uso de uma bengala ou a ajuda de um cão-guia. Ray Chales lhe responde com a mesma pergunta e complementa, relatando que *seus ouvidos têm que ser seus olhos*, e que todo som tem uma diferença, por isso, sempre usara solas de sapatos duras, para ouvir o eco dos passos.

Conquanto, a compensação pela falta da visão possa parecer meramente auditiva ou tátil, ou seja, uma função natural, processos envolvendo a atenção e a percepção são evidenciadas, enquanto funções psicológicas superiores. A esse respeito, Vygotski (1997, p. 101, tradução nossa, grifo nosso) já indicava que:

No plano teórico, a nova concepção se expressou na teoria do vicariato de os órgãos dos sentidos. Segundo esta concepção, a perda de uma das funções de percepção, a falta de um órgão, é compensada pelo funcionamento e pelo desenvolvimento acelerado de outros órgãos. Como no caso de ausência ou doença de um dos órgãos pares - por exemplo, um rim ou um pulmão - o outro órgão, saudável, se desenvolverá para criar compensação, aumenta e substitui o doente assumindo parte de suas funções, assim como o defeito da visão causa desenvolvimento acentuado da audição, tato e outros sentidos. Lendas foram criadas sobre a acuidade supernormal do tato no cego [...]. *Eles acreditavam que qualquer cego, pelo simples fato de sê-lo, era um músico, ou seja, uma pessoa dotada de um ouvido aguçado e excepcional*; Eles descobriram no cego um novo sentido, especial, o sexto sentido, inatingível para os clarividentes [...]. Mas investigações revelaram a inconsistência de tal teoria. Manifestaram como fato indiscutivelmente estabelecido de que não há desenvolvimento acentuado das funções da audição e do tato nos cegos [...] por último, onde encontramos uma alta função dúctil em comparação com o normal, esse fenômeno acaba por ser secundário, dependente, derivado, mais uma consequência do desenvolvimento, do que sua causa. *A referida compensação não decorre da compensação fisiológica direta para deficiência visual (como aumento do tamanho do rim), mas de uma compensação sociopsicológica geral que segue um curso muito complexo e indireto, não substituindo a função suprimida nem tomando o lugar do sexto órgão insuficiente.*

Nesta perspectiva, é possível compreender que não fora a cegueira que fizera de Ray Charles o músico que foi; não fora seus ouvidos super aguçados - muito embora em diversos momentos o filme traga essa percepção-, mas sim, as condições que lhe foram

apresentadas para o desenvolvimento e, com efeito, o desenvolvimento de processos psicológicos. Um exemplo disso, exposto no próprio filme, diz respeito ao momento em que Ray Charles está em um restaurante com Della Beatrice, que se tornara sua esposa no futuro. O artista diz que escuta assim como ela enxergava um beija-flor, próximo à janela, mas Della disse que não era capaz de escutar, somente ver, e ele a pediu que prestasse *atenção* e, somente assim, ela relatou conseguir ouvir.

Ademais, em duas outras cenas, é possível associar a memória e atenção, tanto quanto, à percepção: a primeira cena é concernente ao momento em que Ray Charles deixa Della em sua casa, e ela oferece chamar um taxi, para levá-lo ao hotel onde estava hospedado, e ele responde: “Três quadras para cima, duas à esquerda, uma à direita, quinze passos e estou no hotel”. Em outra cena, quando a mãe dá a notícia sobre a sua cegueira, o alerta sobre a necessidade que teria de recorrer, a partir de então, à sua memória a fim de se orientar, e pergunta se ele recordava quantos degraus havia na escada da entrada de sua casa, e ele responde que sim, eram quatro. Sobre isso, Vygotski (1991, p. 27, 28) versa:

A possibilidade de combinar elementos dos campos visuais presente e passado (por exemplo, o instrumento e o objeto-alvo) num único campo de atenção leva, por sua vez, à reconstrução básica de uma outra função fundamental, a memória [...]. As mudanças que ocorrem na memória são similares àquelas que ocorrem no campo perceptivo da criança, onde os centros de gravidade são deslocados e as relações figura-fundo alteradas. A memória da criança não somente torna disponíveis fragmentos do passado como, também, transforma-se num novo método de unir elementos da experiência passada com o presente.

Noutro momento, exposto no filme, ainda quando criança, Ray já acometido pela cegueira, entra na sala da casa, e ao tropeçar e cair sobre um móvel, chora e pede ajuda para a mãe. No entanto, ela não se move e não deseja ser escutada pelo filho, que continua a chorar copiosamente. Ao perceber que a mãe não poderia ajudá-lo, Ray se levanta e dirige *atenção, voluntariamente*, ao que estava ao seu redor. Escuta uma carroça, e se vira para onde está vindo o som, depois, escuta um grilo, e se orienta até o inseto, a fim de pegá-lo em suas mãos. Ao perceber que o filho conseguia se orientar sem sua ajuda, a mãe chora em silêncio, e Ray diz que sabia que ela estava ali: “Por que está chorando?”. Recordamos, portanto, o que Luria (1979) apontou sobre o reflexo orientado; uma vez que Ray percebe um som sobressaindo outro, no ambiente, dirige sua atenção, por um lado em vista dos estímulos externos perceptíveis ao sujeito, e por outro, em decorrência à atividade do próprio menino que, neste sentido, em vista de uma necessidade (orientar-se no ambiente), dirigiu sua atenção a sons perceptíveis por sua audição.

Além disso, Vygotski (1997) já considerava que, com a perda ou déficit de um sentido, existe, na realidade, uma substituição de funções perceptivas, mas não de substituição no sentido de que um órgão o faz com relação a função fisiológica do outro, por exemplo,

os ouvidos fazer enxergar. O que acontece é um rearranjo das funções psicológicas e reestruturação da atividade psíquica, que será, portanto, orientada através da associação entre memória e atenção.

Destarte, mediante o filme *Ray* (2004), é possível verificar a relação estabelecida entre o sistema psicológico do artista e sua deficiência visual, em especial, à observância da compensação dos processos psíquicos, como ocorre com a percepção e atenção, e os nexos estabelecidos, igualmente, com a memória. Portanto, não se trata de uma mera substituição da visão pela audição, mas um processo complexo, dialético e que, sobretudo, tange às condições objetivas e materiais oportunizadas ao sujeito, para que seu desenvolvimento ocorra como para qualquer outra pessoa sem deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo de desenvolvimento deste artigo, pudemos assinalar, em um primeiro momento, como ocorre o processo de humanização, dando ênfase à imprescindibilidade de um organismo biológico e, sobretudo, a inserção do sujeito em sociedade, a fim de que, a partir da internalização de signos e instrumentos, este possa desenvolver suas funções sociais, típicas humanas: as funções psicológicas superiores.

À vista disso, aspectos concernentes à defectologia, em especial, à defectologia vigotskiana, nos garantiram subsídios para compreender como a educação social pode contribuir para o desenvolvimento, inserção e integração da pessoa com deficiência. Neste sentido, afirmamos que os trabalhos de Vygotski (1997), não se descolavam da realidade da sociedade. Do mesmo modo, não se trata, na contemporaneidade, de fazermos uma mera replicação teórica; é preciso levar em consideração as condições materiais objetivas e históricas deste contexto social, a fim de que novos avanços na ciência psicológica possam ser realizados com o comprometimento primordial de emancipação humana. Acreditamos que, por assim ter realizado Vygotski (1997), suas teorizações, aqui em especial, sobre a educação especial, alcançaram importantes espaços de discussão, uma vez que considerou as potencialidades dos seres humanos, muito mais de que suas limitações e, demonstrou que a deficiência é um conceito social, experimentada por aqueles com comprometimentos biológicos, somente pelo fato de que socialmente o colocaram neste espaço.

Isto posto, a compreensão acerca das funções psicológicas superiores como atenção e percepção, nos são fundamentais para entender como a compensação ocorre para pessoas com deficiência visual. O filme *Ray* (2004), de Taylor Hackford, neste seguimento, nos oportunizou inúmeras reflexões acerca da deficiência sensorial do tipo visual, em especial, no que diz respeito a compensação, tendo em vista que, por muitas vezes a compensação possa parecer meramente de uma função natural, como a substituição da visão pela audição. Compreendemos, no entanto, que um processo complexo, através de um rearranjo do sistema psicológico é quem propicia a compensação, não de funções

naturais, mas psíquicas superiores que, posteriormente, poderão ser observadas em outras funções sensoriais.

Assinalamos, também, a natureza social da percepção e atenção, dado o fato de que, diferentemente de outros animais, o ser humano não limita a percepção ao campo sensorial, tampouco, dirige voluntariamente sua atenção. Neste sentido, mediante o filme Ray (2004), apontamos também a relação da memória em nexos relacionais com as demais funções sociais, portanto, se as funções psicológicas superiores fossem como para outros animais, seria improvável que, partindo de cenas do filme, o personagem pudesse dirigir sua atenção para perceber o ambiente, por meio da percepção auditiva, e locomover-se sem o auxílio de instrumentos; o faz apenas em vista do fortalecimento e desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores, a compensação.

Finalmente, tendo em vista que a ciência psicológica deve estar comprometida com a emancipação humana, retomamos a importância da inserção da pessoa com deficiência em sociedade, garantindo a esse sujeito condições objetivas para seu pleno desenvolvimento, como por exemplo, por meio da educação. É preciso integrar, mas sobretudo, garantir que as pessoas com deficiências com comprometimentos sensoriais, físicas mentais ou intelectuais, tenham seus direitos garantidos, e condições objetivas de desenvolvimento, a fim de que, a educação inclusiva social possa, com efeito, garantir a compensação mediante o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como atenção e percepção. É imprescindível atentar-se às potencialidades da pessoa com deficiência, não às barreiras, que mormente, são sociais.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Sonia Mari Shima. **A educação especial do novo homem soviético e a psicologia de L. S. Vigotski**: Implicações e contribuições para a psicologia e a educação atuais. Tese Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2007.

BBC TV. **As borboletas de Zagorsk**. (Documentário) Série Os Transformadores. Direção: Ann Paul. Produção de Michael Dean. Narração: Michael Dean. Roteiro: Michael Dean. Londres. 1992.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, 2015.

GINDIS, Boris. **Vygotsky's vision**: reshaping the practice of Special Education for the 21st Century. Remedial and Special Education, v. 20, n. 6, p. 32-64, 1999. Disponível em: Acesso em: 18 jan 2023.

LURIA, Alexander Romanovich. **Curso de psicologia geral**. Volume III. Atenção e memória. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LURIA, Alexander Romanovich. **Fundamentos de neuropsicologia**. Trad. Juarez Aranha Ricardo. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1981.

MUKHINA, Valéria. **Psicologia da idade pré-escolar**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

NETTO, Nilson Berenchtein; LEAL, Daniela. **Contribuições para uma historiografia da defectologia soviética**. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, São Paulo, v. 24, n. 1, p.73-91, jan./abr. 2013.

OTTAIANO, José Augusto Alves; ÁVILA, Marcos Pereira de; UMBELINO, Cristiano Caixeta; TALEB, Alexandre Chater. **As condições de Saúde Ocular no Brasil 201+**. São Paulo: Conselho Brasileiro de Oftalmologia, 2019. 104 p. Disponível em: http://www.cbo.com.br/novo/publicacoes/condicoes_saude_ocular_brasil2019.pdf. Acesso em: 15 jan. 2023.

PINTO, Renato Antônio Brandão Medeiros. **O visual do invisível**: a complexidade das categorias entre música e a cegueira. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

RAY. Direção de Taylor Hackford. Intérpretes: Jamie Foxx, Kerry Washington, Regina King, Clifton Powell, C.J. Sanders. Roteiro: Taylor Hackford, James L. White. [S.l]: Universal Pictures, 2004. (152 min.)

SHUARE, Marta. **A psicologia soviética**: meu olhar. São Paulo: Terracota editora, 2017.

VIGOTSKI, Liev Semiónovich. **Sobre os sistemas psicológicos**. In: VIGOTSKI, L. S. Teoria e método em psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VYGOTSKI, Liev Semiónovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKI, Liev Semiónovich. **Obras escogidas**: fundamentos de defectología. Tomo V. Trad. Julio Guillermo Blanck. Madrid: Visor Dist. S. A, 1997.

VYGOTSKI, Liev Semiónovich. **Obras escogidas**: problemas del desarrollo de la psique. Tomo III. Trad. Lydia Kuper. Madrid: Visor, 2000.

“MALANDRO SE NA MINHA CARA DER...”: UMA ANÁLISE DA PRESENÇA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS DISCURSOS DOS PONTOS DE MALANDRAS E POMBA-GIRAS

Data de submissão: 11/12/2025

Data de aceite: 05/02/2025

Paulo Henrique Prado da Silva

<http://lattes.cnpq.br/0845615293202557>

Natália Rodrigues Codeço Ribeiro

Sibele Souza Rodrigues

<http://lattes.cnpq.br/5345703711804428>

Pontos de Umbandas: Mulheridades;
Gênero;

“MALANDRO SE NA MINHA CARA
DER...”: AN ANALYSIS OF THE
PRESENCE OF GENDER VIOLENCE
IN THE DISCOURSES OF THE
MALANDRAS AND POMBA-GIRAS

RESUMO: Este artigo investiga os pontos cantados nos rituais das comunidades de Umbandas, focando nas entidades femininas como Pomba-Giras e Malandras. Utilizando a Análise de Discurso, o estudo analisa cantigas que revelam violências de gênero sofridas por essas entidades, como feminicídio, abuso sexual e entre outras formas de violência. Esses pontos cantados durante as giras não apenas rompem com o silêncio sobre tais temas, mas também proporcionam um espaço seguro para discussão e reflexão crítica. Além de denunciarem as violências, os rituais servem como plataforma para desafiar normas patriarcais e reconhecer as múltiplas identidades das mulheres marginalizadas, evidenciando a resistência e a agência dessas entidades dentro do contexto religioso umbandista.

PALAVRAS-CHAVE: Violência de gênero;

ABSTRACT: This article investigates the points sung in the rituals of Umbanda communities, focusing on female entities such as Pomba-Giras and Malandras. Using Discourse Analysis, the study analyzes songs that reveal gender violence suffered by these entities, such as femicide, sexual abuse and others. These points sung during the giras not only break the silence on such issues, but also provide a safe space for discussion and critical reflection. As well as denouncing violence, the rituals serve as a platform for challenging patriarchal norms and recognizing the multiple identities of marginalized women, highlighting the resistance and agency of these entities within the Umbanda religious context.

KEYWORDS: Gender violence; Umbanda points; Womanhood; Gender;

INTRODUÇÃO

As teorias feministas, ao longo das décadas, vêm investigando o lugar ocupado pelas mulheres¹ no mundo. Essas produções expõem as dinâmicas de violência e subalternização que afetam esses corpos em diversas sociedades e culturas. Foi a partir desses trabalhos que as categorias mulher, gênero e sexualidade começaram a ser questionadas. Pensadoras como Scott (1989), que investigou a construção social de gênero; Butler (2003), desenvolvedora da teoria da performatividade de gênero; Collins (2021), que destaca a importância da interseccionalidade entre classe, raça e gênero; e Brah (2006), ao discutir a diferença como categoria analítica, são algumas que contribuíram para o debate acerca dessa temática.

Quando nos aproximamos dos trabalhos dessas feministas, é possível observar que algumas se apoiavam nos ideais parsonianos para elaborar seu raciocínio. Nesse sentido, utilizavam dos argumentos da teoria do conflito para construir suas análises. Outras já retomam as posições etnometodológicas, pós-estruturalistas e habermasianas para elaborar suas teorias. Cabe ressaltar que essa última vertente é a mais influente nos debates feministas na atualidade, e que a presença da psicanálise nessas discussões será inequívoca (Hans, 2017).

Além das academias e dos movimentos sociais, a discussão das dinâmicas de subalternização das mulheres também ocorre em outros espaços, como nas Comunidades Tradicionais de Terreiro (CTTs). Nesses locais, é possível observar essas discussões sendo evocadas durante os seus rituais, oferecendo outras perspectivas acerca das experiências femininas. Construindo saberes a partir da própria experiência e da sua religiosidade e ecoando modos de resistência à violência contra os corpos não masculinos.

Considerando tal aspecto, optamos por lançar nosso olhar para outros locais que também produzem e discutem sobre a violência e subalternização das mulheres. Já que são espaços que utilizam outros modos para evocar a dinâmica e a realidade desses corpos. A exemplo das Comunidade Tradicionais de Terreiros, que em suas giras/rituais convoca essa discussão ao cantar os pontos² para as entidades a qual cultuam, como o que segue abaixo cantado para Maria Navalha.

1 Utilizaremos mulheres como forma de demarcar a pluralidade de ser mulher, abrangendo as diferentes expressões, vivências e identidades que atravessam os corpos femininos. Nesse sentido, caminharemos na contramão da concepção universal acerca das experiências dessas indivíduos, demarcando os marcadores de identidade de gênero, orientação sexual, cultural, étnico, econômico e social que atravessam sua constituição. Um modo de demarcar uma perspectiva interseccional ao abordamos as experiências das diversas mulheres existentes em nossa sociedade (Nascimento, 2021).

2 Músicas/orações cantadas durante o ritual para invocar alguma entidade.

Malandro se na minha cara dá
Tem que fazer testamento
E deixa tudo pra mulher. (2x)
Se tiver filho,
vai deixar recordação,
Cara que mamãe beijou
Vagabundo nenhum põe a mão. (2x)
(MARIA, 2020)

Por tudo isso, utilizamos a Análise de Discurso como método investigativo de cinco pontos cantados em alguns terreiros de Umbandas para entidades nomeadas como Pomba-Giras e Malandras, buscando demonstrar que nessas melodias/orações há um rompimento com o silenciamento sobre os atravessamentos exercidos pela violência de gênero nesses corpos. Além disso, destacamos que nesses espaços, há influência das relações sociais marcadas pela diversidade, já que grande parte das almas/memórias cultuadas nas Umbandas são de pessoas marginalizadas, racializadas e coisificadas pela colonialidade.

Assim, este artigo almeja entrar em contato com discursos não acadêmicos sobre a violência de gênero exercida pela dominação masculina. Buscando ampliar o entendimento sobre a subalternização e resistência de mulheridades em contextos não hegemônicos.

“ARREDA, HOMEM, QUE AÍ VEM MULHER...”

As comunidades umbandistas emergem do encontro entre diversas religiosidades presentes no Brasil. Consequentemente, seus rituais acabam sendo um entrelaçamento dessas diversas práticas religiosas. Algumas dessas influências partem das tradições cosmológicas dos povos do tronco linguístico banto e os indígenas. Seus saberes relacionados à utilização da fauna e da flora para processos de cura física e espiritual irão alimentar os rituais dos terreiros de Umbanda. Exemplos disso são os Acotundá/Dança de Tunda e os Calundus, tradições religiosas banto, que teve um papel fundamental para a criação dos rituais umbandistas. Suas perspectivas foram fundamentais para a construção do que se entenderia mais tarde como Umbandas (SIMAS, 2022).

Além dessas influências, os povos bantos e indígenas contribuíram para o estabelecimento do culto aos ancestrais nas Umbandas. As giras³ nos terreiros são estruturadas de forma a invocar e, assim, incorporar essas ancestrais, para auxiliar em suas vivências nos diversos planos (espiritual, material, saúde, amor, etc). Essa relação ancestral não está baseada apenas em laços consanguíneos. Há aquelas que devido a sua importância e potência na sua existência carnal, continuam sendo celebradas e lembradas

³ Gira é o nome dado aos cultos religiosos umbandistas

por aquilo que representavam. Nesse sentido, a ancestralidade seria aquela que se mantém viva através da memória, devido ao axé que carrega (PINTO, 2019).

É a partir dessa lógica que Castiel Vitorino Brasileiro (2020) escreve acerca dos rituais das Umbandas. Para ela, se compreendermos a alma como memória e que nos rituais umbandistas há a prática do culto às almas, pode-se afirmar que nos terreiros de Umbandas há o culto à memória. Porém, não seria qualquer memória, mas sim daquelas que conseguiram transfigurar. Ela ainda destaca que esses rituais reverenciam aquelas que viveram a colonialidade. Isso pode ser observado nas giras especificamente de Malandras e Pomba-giras, nas quais essas entidades são deslocadas do lugar de marginalizadas e se tornam entidades prestigiadas, tendo algumas até como chefes do terreiro.

Ao cultuar essas entidades/memórias, os rituais umbandistas demarcam o processo de colonização exercido em terras brasileiras. Através da incorporação e dos pontos, é apontada a política de morte, racismo, etnocídio e outros modos de violência exercidos contra corpos femininos, pobres e racializados

Diante dessa reflexão, conseguimos perceber a importância de considerar o processo de colonização ocorrido no país para compreendermos de que lugar partem os rituais umbandistas. A escravização de povos indígenas e negros os obrigou a se organizar a fim de encontrar formas de culto que englobassem tanto os valores e culturas dos povos nativos quanto dos povos sequestrados de outras nações do continente africano. Essa união de grupos marginalizados possibilitou a continuidade de algumas características culturais religiosas, além de servir como uma forma de transmissão geracional dos conhecimentos da cultura de seus ancestrais. Mais do que um espaço sagrado, o terreiro se torna uma fonte de conhecimento acerca de culturas e formas de se relacionar como mundo e a natureza (David, 2021).

Não é por acaso que as almas/memórias na Umbanda são de pessoas negras, indígenas, ciganas, prostitutas, feiticeiras, cangaceiras, baianas, entre outras. As giras que ocorrem nos terreiros sempre evocam memórias de alguma dessas identidades. Para isso, são utilizadas várias ritualísticas, como os pontos que são cantados antes e durante as incorporações. Esse é um mecanismo que liga o mundo espiritual ao material, evocando, através das cantigas aquelas que desejam incorporar ou lembrar.

Nesse sentido, buscamos nos aproximar dos pontos cantados para as Pomba-Giras e Malandras com o intuito de observar o que representam e evocam durante os rituais. Essas entidades são as mais vistas de forma pejorativa por quem não é da religião. São vistas dessa forma por performarem sua sexualidade de maneira livre, utilizarem de bebidas e cigarros e atravessarem alguns “cercos invisíveis”, que o sistema inerente à dominação masculina ajuda a construir (BOURDIEU, 2021). Também são estigmatizadas por conter elementos nas vestimentas e nos cantos que se assemelham àquilo que os cristãos classificam como algo do Diabo. Tal percepção também está alicerçada no racismo religioso, compreendido como a ação de discriminar, criminalizar, perseguir, marginalizar e

violentar as CTTs (OLIVEIRA, 2017).

Cabe destacar, sobre as Pombas-Giras e Malandras, que ao observar como se comportam nos rituais e em suas falas, há que se ter o cuidado para não classificar seus comportamentos como masculinos ou femininos. Não podemos contribuir para a manutenção de discursos de que ser mulher é representar um cuidado maior com a beleza, com a sensualidade e a vestimenta, entre outros. Ou, ser homem significa ser mais direto na fala, ter autorização para beber, fumar, transar, etc. (BUTLER, 2003). Essas perspectivas cotidianas fazem parte da perspectiva do *habitus* que naturalizam e legitimam a dominação masculina (BOURDIEU, 2021), objetificando as mulhereridades. Segundo Butler (2003) as performances de gênero podem tanto reforçar essa dominação quanto desafiá-la.

Quando nos aproximamos daquilo que as Pombas-Giras e Malandras representam, podemos perceber que não são frágeis, passíveis e sem sexualidade. Suas histórias nos permitem acessar simbologias de outros tipos de mulheridades, principalmente daquelas que historicamente foi negado o direito de ser considerada humana. Nos terreiros de Umbandas são colocadas como símbolo de um culto, de uma espiritualidade (PEREIRA, 2012). Essas entidades se aproximam da nossa condição de humanidade, colocando-se como mulheres da rua, do lixo, da realeza, da noite, das esquinas, da morte e da vida, como podemos perceber no ponto abaixo.

[...]sete saias te deseja	Eu sou rainha.
Do fundo do coração	Porém nunca fui anjinha
Sexo , fogo e sacanagem	Eu falo tudo que eu quiser.
No seu relacionamento	Sou pombagira
Pois tem muita gente viva	Sou mulher[...]
Mas porém não tá vivendo[...]	Para aqueles que tem fé... (BIS)
[...]Jeu sou rainha	(POMBAGIRA, 2021)

As Pombas-Giras e Malandras irão contrapor essas ideias ao apresentar essa mulher que bebe, fuma, conhece sobre ervas e poções, que cuida das questões do amor, é direta, independente, cuida da beleza e das vestimentas e têm vários maridos. Seus comportamentos não podem ser enquadrados num modelo pré-determinado. Não há uma única forma de se constituir como mulher e essas entidades demarcam isso. Segundo Brah (2006), somos sujeitos em processo, construídos por meio do discurso, e reduzir a identidade a algo fixo é cair na armadilha do essencialismo. Esta autora destaca que a diferença nem sempre deve representar um indicador de hierarquia e opressão. Portanto, propôs em seus trabalhos a diferença como categoria analítica, dando ênfase a contingência, onde a constante mudança também pode oportunizar a diferença como indicador de diversidade e modos democráticos de agência política. Há casos que demandam a proclamação de uma identidade coletiva, como um processo político. Nesse sentido, mesmo que a Brah (2006)

tenha se posicionado de modo contrário ao essencialismo, ela pontua que a questão não é um desafio simples e o essencialismo deve ser constantemente questionado, tendo em vista que:

[...] grupos dominados muitas vezes apelarão para *laços de experiência cultural comum* a fim de mobilizar seu público. Ao fazê-lo, podem afirmar uma diferença aparentemente essencial. Spivak e Fuss argumentaram a favor de tal “essencialismo estratégico”. Sugerem que o “risco” do essencialismo pode ser assumido se for enquadrado do ponto de vista das posições de sujeito dominado (BRAH, 2006, p.375, grifos nossos).

Por tudo isso aqui já explicitado, buscamos outras referências de produção sobre gênero/sexualidade no Brasil. Estamos caminhando para encontrar discursos propagados acerca das vivências das mulheridades e sua representação. Dando destaque para locais marginalizados, constituídos principalmente por corpos que ao decorrer da história vieram sendo negligenciado pelos debates acadêmicos. Queremos explorar produções elaboradas e reproduzidas nos terreiros de Umbandas, nos quais podemos refletir e aprender acerca das vivências de diversas mulheridades ali cultuadas.

DOR E DESAMOR: ANÁLISE DISCURSIVA NOS PONTOS DE POMBA-GIRAS E MALANDRAS NAS UMBANDAS

Nesta pesquisa selecionamos pontos de Umbandas cantados para Malandras e Pomba-gira, os quais possuem conteúdos relacionados a violência de gênero vividas por essas entidades. Para perseguir o objetivo deste trabalho, utilizamos a análise de discurso como técnica metodológica, pois ela é permite compreender o conteúdo crítico social e cultural dos pontos a serem analisados. Além disso, revela as estruturas de poder presentes na construção histórica e social de significados, sentidos e relações de dominação (CHIZZOTTI, 2008) quando aliada aos estudos sobre gênero.

Nesse sentido, a categoria gênero legitima e constrói as dinâmicas sociais e as relações de poder, constituindo uma categoria importante para compreendê-las e articulá-las, conforme proposta por Scott (1989):

Minha definição de gênero tem duas partes e várias sub-partes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1989, p. 21).

As relações de gênero são constituídas de aspectos como: os símbolos culturais, como Eva/Maria; os conceitos normativos, enunciados que colaboram para o sistema de interpretação dos símbolos, por meio de doutrinas como as religiosas, educativas, científicas e jurídicas; o enfrentamento do binarismo, feminino/masculino, em uma perspectiva política articulada às instituições e organizações sociais e a identidade subjetiva (SCOTT, 1989).

Esses aspectos e as expectativas de gênero inerentes a essa estrutura são parte das interações sociais e fundamentam as relações de poder. A forma como as pessoas entendem e interpretam as diferenças sexuais influencia as suas interações; e essas percepções não são fixas, variando historicamente (SCOTT, 1989).

É a partir dessa discussão que caminhamos para dialogar como essas relações de poder promovem a violência de gênero e de que forma isso vem sendo abordado em alguns pontos cantados para as Pomba-Giras e Malandras. Destacaremos o papel do machismo nas trajetórias dessas entidades e colocaremos em evidência a violência que seus corpos sofreram devido a esse fator. Como exemplo, apresentamos o ponto que segue abaixo, no qual é possível observar esses aspectos se materializando.

Eu não vivo com homem, porque já fui traída, Além de passar fome, eu apanhava todo dia. Quando chegava em casa, eu tinha meu maior desgosto, Ele passava uma navalha na maçã do meu rosto. Uma blusa velha era mulambo pra eu vestir,	Quando pedia água, vinagre dava pra eu dormir Não tenho medo da morte aquele homem eu matei, Com a navalha que ele usava a garganta dele eu cortei O meu nome de batismo hoje ninguém me chama, Mas foi Maria Navalha o nome que me deu fama. ⁷
--	---

Esse ponto retrata alguns tipos de violência de gênero, desde a simbólica até a física, cometida por parceiros íntimos. Segundo Bandeira (2014), às relações interpessoais que se desenvolvem no âmbito privado, como as amorosas, revelam que violências físicas e sexuais são fundamentadas por violências simbólicas que servem de estrutura de legitimação para vários tipos de violência. Lógicas religiosas, como a católica sobre o sacramento do casamento, afirmando que aquilo que “o que Deus uniu, o homem não separa” e que “a mulher é a guardiã do lar”, fazem parte dessas estruturas simbólicas e normativas que subjugam as mulheridades (Scott, 1989) e as expõem ainda mais a diversos tipos de violência, na maioria das vezes desferidas por seus maridos, companheiros ou ex-companheiros. Nesse sentido, Bandeira (2024) destaca que:

Assim, a manutenção da lógica familista alia-se aos motivos aparentemente desencadeadores da violência e que são sempre frequentes nas conciliações dos conflitos domésticos e intrafamiliar, cabendo à mulher: reatar a relação afetivo-conjugal, rejeitar o pedido de separação, abdicar-se da independência econômica (mulher em processo de ascensão social), aceitar a violência como expressão de ciúmes, entre outros (BANDEIRA, 2014, p. 457).

Essas dinâmicas estão refletidas nos dados empíricos, coletados pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan) e pelo Ministério da Saúde (MS), que

mostram que 62,5% dos casos de violência contra a mulher ocorrem dentro de casa, conforme ilustrado pelos dados da tabela 1.

Grupo de Violência	nº	%
Doméstica	144.285	65,2%
Comunitária	46.131	20,9%
Misto	28.044	12,7%
Institucional	2.780	1,3%
Total	221.240	100%

Tabela 1 – Brasil: número e percentual de mulheres vítimas de violência por grupo de violência (2022-2024)

Fonte: Sinan/MS. Elaboração: Diest/Ipea e FBSP. Nota: Microdados do Sinan referentes a 2022 são preliminares e foram coletados em fevereiro de 2024.

O ponto da Maria Navalha, que ilustra as violências sofridas pela entidade em seu relacionamento amoroso, é um exemplo concreto das violências de gênero discutidas anteriormente. Ele se alinha com a análise da manutenção da lógica familista e os fatores que frequentemente desencadeiam a violência doméstica. Assim, ao compararmos os tipos de violência relatados no ponto com os dados apresentados no gráfico 1, observamos uma correspondência significativa entre as experiências descritas e as estatísticas atuais sobre a violência contra mulheres brasileiras.

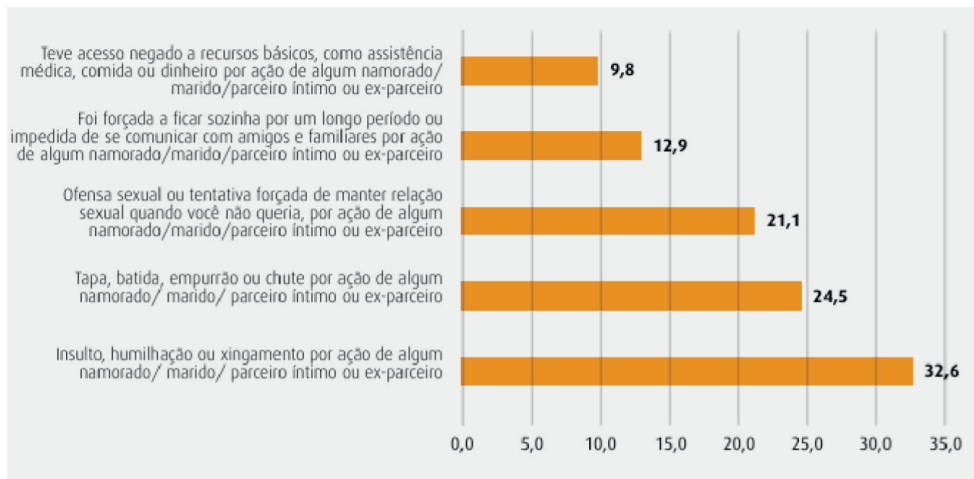


Gráfico 1 – Violência provocada por parceiro íntimo ao longo da vida.

Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Instituto Datafolha. Pesquisa Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, edição 4, 2023. Só mulheres, resposta estimulada e múltipla, em %.

Trechos do ponto da entidade Maria Navalha, como “além de passar fome” e “uma blusa velha era mulambo pra eu vestir”, refletem o tipo de violência descrito no gráfico 1, que indica o acesso negado a recursos básicos. Assim como outros trechos indicam outras

categorias relacionadas à violência física.

Portanto, este ponto exemplifica a discussão levantada nos terreiros sobre as violências que ocorrem contra as mulheridades. As cantigas têm o poder de provocar reflexões profundas durante as giras, rompendo com o silêncio habitual sobre as agressões físicas sofridas por esses corpos, contrariando normas sociais estabelecidas. Ao entoar esses pontos, cria-se um espaço seguro para acolhimento e debate, possibilitando a elaboração de estratégias concretas, para o enfrentamento e superação dessas violências.

Outro aspecto importante destacado no ponto é a mudança de nome da entidade, que simboliza a sua defesa contra um homem violento e a fama que ela adquiriu por esse ato. Essa prática ilustra uma dinâmica comum na violência contra as mulheridades: quando reagem às agressões que sofrem, acabam marcadas socialmente por seus atos, enquanto os homens que as violentam não sofrem o mesmo nível de estigmatização. Esse contraste é evidenciado em outra cantiga, dedicada a Maria Padilha, que também reflete as discrepâncias na forma como a violência de gênero é percebida e tratada na sociedade.

Maria Padilha por que mataste o rapaz?

A gente mata vai presa,

Você mata e não vai

(MARIA, 2017).

O ponto apresentado também suscita reflexões sobre o papel das mulheres como sujeitas ativas e passivas em contextos criminais. Historicamente, o Código Penal brasileiro refletiu um controle sobre a sexualidade feminina por meio de disposições legais que regulavam comportamentos sociais, frequentemente enquadrando as mulheres apenas como vítimas, sob a condição de serem consideradas honestas.

Adicionalmente, como mencionado na cantiga, em casos de crimes contra a vida e a integridade física, existia na jurisprudência a aceitação da aplicação da tese de legítima defesa da honra, que muitas vezes absolveu homens acusados de violência contra mulheres rotuladas como adúlteras ou moralmente desonradas. Esse contexto legal e social demonstra como as normas e a justiça eram (e muitas vezes ainda são) aplicadas de maneira desigual, reforçando a opressão das mulheres e suas identidades complexas em contextos de violência.

A revogação da tese de legítima defesa da honra ocorreu após muitos anos de intensa luta pelos movimentos feministas, que buscaram a igualdade de gênero, o reconhecimento do direito à dignidade da pessoa humana e a necessidade de não estimular a violência contra as mulheres. Além disso, a luta também foi crucial para a incorporação do feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio no ordenamento jurídico brasileiro, através da Lei nº 13.104, de 2015. Essa lei define feminicídio como o assassinato de uma mulher por razões de sua condição de sexo feminino, incluindo casos

de violência doméstica e familiar, bem como menosprezo ou discriminação em relação à condição de mulher (Brasil, 2015).

Esse processo histórico é especialmente relevante considerando que, nos terreiros de Umbandas, essas questões são debatidas durante os rituais, exercendo uma influência significativa sobre as mulheridades que frequentam esses espaços. Assim, a presença desses temas nos pontos vai ao encontro das filosofias de algumas Umbandas, pois suas perspectivas estão alicerçadas na valorização das mulheres.

É comum que as lideranças de terreiros sejam femininas, possibilitando outras formas de organização dentro das suas comunidades. Ao ocuparem esse lugar de destaque e poder nos terreiros, conseguem criar dinâmicas que rompem com o patriarcado⁴. Dessa forma, elas se diferenciam das diversas perspectivas cristãs acerca da submissão das mulheres, a qual foi imposta durante a colonização. Elas rompem com a lógica de que deve haver um lugar específico que esses corpos devem ocupar, e, em muitos casos, marginalizados. Talvez esse seja um dos motivos para haver tantos pontos que abarcam o debate sobre as violências contra as mulheres.

Além do debate acerca de agressões físicas, outros modos de violência contra essas indivíduos são destacados. O abuso sexual e o estupro também são mencionados nos rituais umbandistas através dos pontos. Em algumas giras para invocar Maria Navalha é cantado o seguinte:

Se tudo na vida fosse fácil	Ele me enxergava como uma mulher.
Eu seria a primeira a agradecer	Fugi, com medo eu corri,
Minha mãe me abandonou no mundo	E tão longe eu fui acolhida,
Eu fiz minha vida para não morrer.	Um padre tão misterioso
Apanhei, sofri, eu chorei,	Me fez rainha e mudou minha vida.
Minha vida foi uma maldição,	Voltei atrás de meu pai
De tanto vê meu sofrimento	Pra vingar o que ele fez comigo
O meu pai me estendeu a mão.	E nele dei sete facadas
Achei que estava tudo bem	Fui pra encruzilhada
Acreditei em minha fé,	Bebendo e rindo (PONTO, 2019).
Pelo meu pai fui molestada	

Nesse sentido, Finkelhor (1980) afirma que vitimização sexual e sua ameaça são frequentes tendo em vista a supremacia masculina, funcionando também como uma forma de controle sobre as mulheridades. Esse controle é utilizado como castigo, subordinando-as socialmente e mantendo-as intimidadas desde a infância.

Ao abordar essas questões, o ponto tangenciou aspectos que são silenciados em

4 De acordo com Pateman(1993), o patriarcado é um poder político, exercido pelos homens sob as mulheres. Estabelecido desde o nascimento, por meio de um contrato social, que se torna sexual, e permite aos homens explorar, dominar e oprimir os corpos das mulheres.

nossa sociedade. O silêncio sobre esses modos de violência contra as mulheres é comum, e frequentemente não é debatido de forma concisa e coesa, apesar de ocorrer com constância. Essa dinâmica acaba favorecendo e estabelecendo a naturalização dessas violências. Também ocorre, em diversos casos, a culpabilização das vítimas pelo abuso que sofreram, levando-as a serem revitimizadas,

Outro aspecto importante do ponto é a ação de destacar quem a violentou. Ao demarcar e lembrar quem foi seu abusador, a cantiga dialoga com o fato de que grande parte dos abusos sexuais é praticada por membros da família ou pessoas próximas.

As mulheres, quando alvo de agressões, são por parte de homens (parentes ou afins) que integram o seu grupo doméstico/ familiar: maridos, ex-companheiros, pais e padrastos e namorados. As estatísticas de vitimização feminina são contundentes no sentido de assinalar de que modo a estrutura da conjugalidade em particular, e a da família em geral, no que implicam uma ordenação de gênero, abriga uma virtualidade de violência (simbólica ou física) (HEILBORN; SORJ, 1999, p. 23).

Nesse sentido, Saffioti (1995) afirma que as fronteiras do poder masculino sobre os corpos femininos são estabelecidas não por elas, mas por outros homens que forçam tanto a estranha, quanto as filhas e a esposa a realizarem seus desejos sexuais.

Outro tipo de violência invocada nos rituais é a que se dirige contra as macumbeiras. Devido ao processo inquisitório promovido pela Igreja Católica no Brasil, diversas delas foram torturadas e assassinadas. Suas religiosidades eram consideradas diabólicas pelo racismo religioso instaurado durante a colonização e propagado pelo Estado, pela Igreja Católica e pelos portugueses (SOUZA, 2002). Todo esse processo é lembrado nos rituais umbandistas, evidenciando as violências cometidas em nome de um Deus cristão, alicerçadas no racismo religioso. O ponto a seguir evidencia essas mulheres que foram violentadas por manterem vivas suas tradições religiosas:

Foi condenada pela lei da Inquisição,
Para ser queimada viva sexta-feira da
paixão.

O padre rezava e o povo acompanhava,
Quanto mais o fogo ardia ela dava
gargalhada (PONTOS, 2015).

Além disso, podemos destacar a influência das relações interseccionais no contexto do ponto ora analisado, tendo em vista que pode se tratar de mulheres negras, pobres e macumbeiras. Nessa realidade, a interseccionalidade impacta a figura retratada, pois as categorias de gênero, raça e classe (incluindo o aspecto religioso) resultam em camadas de complexidade na compreensão das desigualdades sociais, especificamente quanto à violência de gênero (COLLINS; BILGE, 2021). A questão racial, por exemplo, está associada ao colonialismo, constituindo uma teia de significados e relações de poder que legitimaram a subalternização e coisificação das pessoas escravizadas (ILDEFONSO E ALMEIDA, 2019):

Sendo assim o conceito social de raça torna-se uma cadeia de subordinação do ponto em que a ideia eurocêntrica determinou a partir de teorias racistas do século XIX a supremacia branca sobre as demais etnias, cores, raças e culturas [...] (ILDEFONSO; ALMEIDA, 2019, p. 2).

Cadeias de subordinação como essa não desaparecem do dia para a noite, ainda se perpetuando na colonialidade/modernidade. Diante disso, trabalhos como o de Bento (2022), sobre a perspectiva do gênero como categoria de análise proposta por Scott (1989), a partir da perspectiva das mulheres escravizadas, trazem discussões interessantes que podem servir como pontos de reflexão para pensar as questões de gênero enfrentadas pelas mulheres negras.

Podemos notar, a partir dessas análises, que a violência de gênero atravessa os discursos propagados nos rituais umbandistas, produzindo conhecimentos não acadêmicos acerca dessa temática. Debates que ocorrem no âmbito religioso e durante os rituais servem como referência para as diversas pessoas que ali se encontram. Ao escutar tais pontos, essas indivíduos podem evocar reflexões críticas acerca do seu lugar na sociedade e também sobre questões que permeiam suas vivências. É um local que pode ser seguro para denunciar as violências que sofrem.

No caso das masculinidades, é um espaço para repensar as atitudes machistas e violentas que praticam, se colocando como sujeitos ativos no combate ao feminicídio e a toda forma de violência. Trata-se de um movimento que promove o rompimento com o silenciamento das diversas formas de violência que ocorrem contra as mulheres, dando protagonismo e representatividade às vítimas.

Assim, podemos conceber esses pontos como uma convocação para romper com a lógica patriarcal branca eurocêntrica que fundamenta a modernidade/colonialidade. Eles nos responsabilizam e nos lembram das ações que perpetuamos para compactuar com esse sistema de opressão. Trata-se de um convite para refletir sobre os modos como nos relacionamos com as mulheres ao nosso redor, especialmente com as marginalizadas e racializadas. A partir disso, buscamos perceber e romper com atitudes racistas, classistas e machistas que perpetuamos na sociedade.

“... VAI TER QUE DEIXAR TUDO PARA A MULHER”

Ao longo desta pesquisa, adotamos uma abordagem crítica dos discursos presentes nos pontos de Umbandas, especificamente aqueles dedicados às Malandras e Pomba-Giras, com o objetivo de expor as violências de gênero narradas nessas cantigas. Inicialmente, observamos como essas entidades rompem com a percepção dominante sobre o papel das mulheres na sociedade, apresentando-as como figuras de liberdade sexual e moral. Além disso, identificamos que, apesar das violências físicas, psicológicas e das privações de necessidades básicas sofridas por essas entidades, os pontos também sugerem formas de superar o sofrimento causado pelos agressores.

Além disso, revelamos a insatisfação com normas, anteriormente presentes em nosso ordenamento jurídico, que favoreciam discursos masculinos, como a excludente de ilicitude em crimes contra a vida das mulheres. No que diz respeito às violências sexuais, destacou-se a ocorrência de abusos no seio familiar, evidenciando a subordinação das mulheres e o uso da violência para satisfazer os desejos dos homens. Outro aspecto relevante é o racismo religioso enfrentado pelas mulheres, destacando a interseccionalidade na configuração da violência de gênero.

Dessa forma, fica evidente que essas produções tangenciam o debate sobre a violência de gênero, originadas em contextos frequentemente marginalizados, violentados e considerados como não produtores de conhecimento sobre o tema. Elas rompem paradigmas, estereótipos e normas sociais estabelecidas em relação aos papéis das mulheres, abrindo caminhos para o empoderamento daquelas que se reconhecem nesses pontos cantados.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: **Sociedade e Estado** 29 (2), 2014. p. 449-469.

BENTO, Berenice; Gênero: uma categoria útil de análise? **Revista de História Comparada**, v.16, n.1, 2022. p. 15-50.

BOURDIEU, Pierre. Uma imagem ampliada. In: BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2021. p. 17-92.

BRAH, Avta. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, 26, 2006, p. 329-376.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940: Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm, acesso no dia 19/06/2024.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 mar. 2015.

BRASILEIRO, Castiel Vitorino. Quando incorporei pai amor. In.: MARGINALIA, slam. **Revidar**. n. 1, 2020. p. 44-55. Disponível em: https://issuu.com/sesc24demaio/docs/revidar_slammarginalia, acesso no dia 12/06/2024.

BUENO, Samira *et al.* **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfefindmkaj/https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>, acesso no dia 10/06/2024.

BUTLER, Judith. Sujeito do sexo/gênero/desejo. In.: BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15-60.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira. **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1650-atlasviolencia2024.pdf>, acesso no dia 10/06/2024.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Boitempo Editorial, 2021.

DAVID Umbanda. Sincretismos nos terreiros. São Paulo: David Umbanda, 2021. 1 vídeo (16 min). Disponível em: <https://youtu.be/AMSyIQl6ndU>. Acesso em: 11 jul. 2023

FINKELHOR, David. **Abuso sexual al menor**. Editorial Pax México, 1980.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Violência contra mulheres: o significado dos serviços de atendimento. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1999. p. 15-37.

ILDEFONSO, Pauline; ALMEIDA, Erica Vieira de. **Interseccionalidade: um desafio na construção das políticas públicas**. In: Encontro internacional de Política Social, 7, Encontro nacional de Política Social, 14, 2019, Vitória. Anais [...]. Vitória: [s.n.], 2019. v. 1, n. 1, p. 1-15.

JOAS, Hans; KNOBL, Wolfgang. Teoria social feminista. In: JOAS, Hans; KNOBL, Wolfgang (org.). **Teoria social: vinte lições introdutórias**. Traduzido por Raquel Weiss. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 463-493.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Estudos Feministas, Florianópolis**, 22(3), 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>, acesso no dia 19/04/2024.

MARIA Navalha. Malandro se na minha cara der. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (54s). Publicado pelo canal Encantos de Oyá Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0vz-Gpq15PQ>, acesso no dia 25/05/2024.

MARIA Padilha “Porque mataste o rapaz” subtítulo y con letra. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (3min5s). Publicado pelo canal Thiago de Oxala. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3as71oyk93M>, acesso em: 22/05/2024.

NASCIMENTO, Letícia. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Ariadne. Religiões afro-brasileiras e o racismo: contribuição para a categorização do racismo religioso. 2017. 202 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) -Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Traduzido por Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer nos trópicos. **Revista de Sociologia da UFSCar**, 2(2). 2012. p. 371-394. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/88/53>, acesso no dia 25/05/2024.

PINTO, Flavia. Umbanda Religião Brasileira: guia para leigos. 1 ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

POMBAGIRA. Pra você/sexo e fogo/Ponto 7 saias/a verdade Dói. [S. l.: s. n.], 2021. 1 vídeo (3min19s). Publicado pelo canal Ogan Helder HDA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KUYqE8G5DYs>, acesso no dia 16/06/2024.

PONTO de Maria Navalha. Por meu nome de batismo. [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (1min38s). Publicado pelo canal Fanhy Omio. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=k0IPtxTU9_8. Acesso no dia 20/05/2024.

PONTO de Pomba Gira. Se tudo fosse fácil nessa vida. [S. l.: s. n.], 2019. 1 vídeo (1min19s). Publicado pelo canal Encantos de Oyá. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kda76sb_Jog, acesso em: 25/05/2024.

PONTO de Pombo Gira. **Foi condenada pela lei da inquisição.** [S. l.: s. n.], 2015. 1 vídeo (1min37s). Publicado pelo canal Ponto de Umbanda. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PDCKd4QSYuM>. Acesso em: 14/09/2024

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Circuito fechado: abuso sexual incestuoso. **CLADEM. Mulheres: vigiadas e castigadas. São Paulo: CLADEM**, 1995. p. 271-353.

SIMAS, Luis. Umbanda uma história do Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. Traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Originalmente publicado em: **Gender and the politics of history**. New York, Columbia University Press. 1989.

SOUZA, Laura. Revisitando o calundu. In: GORENSTEIN, L.; CARNEIRO E TUCCI, M. L (orgs). **Ensaio sobre a intolerância: inquisição, marranismo e anti-semitismo**. São Paulo: Humanitas, 2002.

SEGEMAR OLIVEIRA MAGALHÃES - Estudante do Curso de Direito da Puc Minas (2025-2029), Mestre em Ciência da Informação da UFMG/Escola de Ciência da Informação (2018), Especialização Lato Sensu em Biblioteconomia na área de conhecimento de Sistema de Informações, Tecnologias e Exatas das Faculdades Integradas de Jacarepaguá (2008) e Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2000). Atualmente é Tecnologista em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em processamento, gestão e disseminação da informação em saúde.

A

África 12, 16, 19, 22, 23, 27

Arqueologia 1, 2, 3, 4, 7, 8, 10

Atenção 20, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

B

Brasil Colônia 18, 21

C

Cegueira 32, 33, 37, 41, 42, 43, 46

D

Deficiência visual 32, 33, 34, 41, 42, 44

Deus 21, 22, 26, 29, 53, 57

E

Escravidão 18, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31

Escravos 19, 20, 21, 22, 23, 27, 29, 31

Estado 15, 23, 24, 25, 28, 29, 57, 59

F

Filósofo 1, 3

Funções Psicológicas Superiores 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 42, 44, 45

G

Gênero 16, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60

H

História Tradicional 1, 2

I

Igreja 6, 13, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 57

Inclusão 33, 45

Independência 21, 23, 53

J

Jesus Cristo 23, 25, 26, 27, 30

L

Lei 2, 33, 45, 55, 57, 59, 61

M

Michel Foucault 1, 2, 3, 10

Mulheridades 47, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58

N

Negros 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 50

P

Percepção 5, 29, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 50, 58

Pessoa com deficiência 33, 41, 44, 45

Pontos de Umbandas 47

Portugal 19, 30

Pós-modernidade 2, 10

R

Rebeldia 21

Religião 18, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 50, 60

S





Sufrimento 22, 24, 25, 29, 30, 56, 58

V

Violência de gênero 47, 49, 52, 53, 55, 57, 58, 59





CIÊNCIAS HUMANAS

e o estudo da
SOCIEDADE, CULTURA E COMPORTAMENTO HUMANO

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

CIÊNCIAS HUMANAS

e o estudo da
SOCIEDADE, CULTURA E COMPORTAMENTO HUMANO

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br